

**ESTUDO IMPACTE
AMBIENTAL – DESCRITOR
DE PATRIMÓNIO**

2025

**PEDREIRA DE
CAMBAS**

DECADAPRESSADA, LDA



COORDENAÇÃO GERAL		Artur Fontinha		
COORDENAÇÃO PROJETO		Artur Fontinha		
DIREÇÃO CIENTÍFICA		Artur Fontinha		
EQUIPA TÉCNICA		Artur Fontinha Jose Martins		
RESPONSÁVEL DESENHO		Artur Fontinha		
RESPONSÁVEL TOPOGRAFIA		-		
ENTIDADE ENQUADRANTE		DECADAPRESSADA		
ENTIDADE CONTRATANTE		GEOTEK		
PROPRIETÁRIO		NR GRANITOS LDA		
DESPACHO AUTORIZAÇÃO		2023/1(222)		06.11.25
ACRÓNIMO		PC.25		
DISTRITO		Vila Real		
CONCELHO		Mondim de Basto		
FREGUESIA		Atei		
COORDENADAS	M	P	A	CMP
	41.435200	-7.918102		87
DATA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS	Início		Fim	
	10.11.25		24.11.25	
DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO		Rua de Passos nº 163 4485-507, Mindelo		
DEPÓSITO TEMPORÁRIO DO ESPÓLIO EXUMADO		Não se aplica		

**FICHA
TÉCNICA**



A DECADAPRESSADA, apresenta o Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto "Pedreira de Cambas".

O presente Estudo, adjudicado GEOTEK, foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural); Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992; Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*; Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico; e Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital, tendo sido autorizado pelo despacho com a referência 2023/1(222) de 06.11.25. O presente Documento resulta da compilação de toda a informação proveniente, quer da pesquisa bibliográfica, quer do trabalho de campo.

Este Documento é composto por:

Relatório Base

Anexos Técnicos

Moreira da Maia, Novembro de 2025

ARTUR FONTINHA, DR.

Arqueólogo

NOTA

INTRODUTÓRIA



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
ANTECEDENTES	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
ENTIDADES CONTATADAS	5
CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR	6
DESCRIÇÃO DO PROJETO	6
METODOLOGIA	6
DEFINIÇÃO DO ÂMBITO	8
AValiação	9
IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTES COM EXPLICITACÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS	12
REGISTO E INVENTÁRIO	19
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL	21
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	22
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	22
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	24
ANÁLISE TOPONÍMICA	31
ANÁLISE FISIAGRÁFICA	31
TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO	36
RESULTADOS - SÍNTESE	38
OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS	38
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE	39
AValiação DE IMPACTE	39
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	40
CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO	41
PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	43
PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO	43 44
BIBLIOGRAFIA	45
ENQUADRAMENTO LEGAL	46
CARTOGRAFIA	46
BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET	46
ANEXOS	47
ANEXO I – REGISTO FOTOGRAFICO	48
ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	56
ANEXO III – FICHA DE SÍTIO	62
ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS	64

INTRODUÇÃO

O presente Documento insere-se no âmbito do Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto “Pedreira de Cambas” em fase de Projeto de Execução. A sua execução foi da competência da empresa GEOTEK, que por sua vez adjudicou os trabalhos relativos ao descritor “Património Cultural” à DECADAPRESSADA. Este relatório dá conhecimento à tutela e à entidade contratante, da atividade desenvolvida pela equipa de arqueologia.

Este relatório pretende efetuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, 1.000,00 metros para além dos limites definidos no mesmo, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados.

Tendo como objetivo contextualizar a área do projeto do ponto de vista do Património Cultural:

- Entende-se por Área de Estudo (AE) a área situada entre o limite da Área de Incidência Direta (AID) e a que se estende até um mínimo de 1.000,00 metros para além dos limites definidos no mesmo.

- Entende-se por Área de Incidência Direta (AID) do projeto aquela que é diretamente afetada pela execução e exploração do mesmo.

- Entende-se por Área de Indireta (AI) do projeto aquela que é passível de ser afetada no decorrer da implementação do mesmo, ou seja, que se estende entre a AID e 50 metros para além dos seus limites.

Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afetadas à empreitada.

Os Relatórios Finais resultantes desses trabalhos serão apresentados ao organismo competente da administração do Património Cultural para apreciação (alínea a) dos n.º 2 e 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, só devendo figurar nos relatórios técnicos depois de aprovados, de forma a validar o conteúdo do respetivo fator ambiental.

ENTIDADES CONTATADAS

No âmbito do desenvolvimento deste Documento foram realizados os seguintes contactos:

- **CCDR-N.** Foi solicitado um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) com a data de 08.10.25. O técnico responsável da CCDR-N para a avaliação do PATA foi o Dr. Paulo Amaral.



- **Câmara Municipal de Mondim de Basto.** Neste contato foram solicitadas informação relativas ao património arqueológico e arquitetónico na área de estudo, assim como solicitadas informações sobre a carta de condicionantes do PDM.

CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os trabalhos a realizar darão cumprimento à legislação em vigor, para execução de trabalhos arqueológicos:

- Lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural);
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
- DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*;
- Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico;
- Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

O relatório de património será parte integrante do relatório técnico do estudo de impacte ambiental (EIA) relativo ao licenciamento da Pedreira de Cambas, situada na freguesia de Atei, Concelho de Mondim de Basto e Distrito do Vila Real. A exploração da pedreira é da responsabilidade de empresa NR Granitos, Lda.

No total, a área proposta a licenciar para a pedreira é de 101 082,88 m², com uma área de exploração proposta de 34 074 m². O objetivo final desta exploração é a extração de granito ornamental.

Não se verifica a necessidade de proceder ao restabelecimento de caminhos, fora da área a licenciar.

METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a Metodologia utilizada para Estudo de Situação de Referência ao nível do Descritor do Património que teve como diretiva a Circular da DGPC, de 29 de Março



de 2023 sobre os “Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”.

A área onde será implementado o projeto em causa é alvo de uma análise por forma a obter um conhecimento mais aprofundado do espaço no que respeita à sua antropização ao longo dos tempos, englobando as valências **arqueológica, patrimonial, arquitectónica e etnográfica**.

São consideradas como **Ocorrências Patrimoniais** relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

- Elementos abrangidos por figuras de protecção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso de Monumentos Nacionais existe segundo a Lei nº. 107/2001 de 8 de setembro uma zona de protecção de 50m e uma zona especial de protecção de 50m (ZEP), onde estão impedidas construções e alterações de topografia, os alinhamentos e as cercas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios;
- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;
- Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efectiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais.

É também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento:

- Vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas);
- Vestígios de vias viária e caminhos antigos;
- vestígios de mineração, pedreiras e extração de outras matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e de limitação de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

No presente Estudo, estes dados são denominados, de forma genérica, como **Ocorrências Patrimoniais**, doravante designadas também de **OP**.



A natureza do património é assim dividida em três categorias distintas:

- **Património arqueológico;**
- **Património arquitectónico;**
- **Património etnográfico.**

Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques. Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. Na Tabela de referenciação de ocorrências, é escolhido salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjetividade implícita na escolha.

São tidos em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer:

- **Impacte direto negativo**, quando o Elemento Patrimonial sofresse destruição;
- **Impacte indireto negativo**, quando a Ocorrência Patrimonial pudesse ser afetado visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afetos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade.

Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados. Após a conclusão dos trabalhos seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente do PCIP.

DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

Caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural, com vista à identificação das questões significativas associadas às fases prévias à construção, de construção, exploração e desativação (i. e., identificação e avaliação de potenciais impactes significativos):

- **1** Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que se sobreponham à área do projeto;
- **2** Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais) e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico;



- **3 Síntese histórico-arqueológica da Área de Estudo e Áreas de Incidência do projeto.**

AVALIAÇÃO

A Avaliação sustenta-se na elaboração de um Estudo, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução dos projetos.

Com esta finalidade, nesta fase são implementados os seguintes procedimentos:

- Definição da Área de Estudo (AE) para o fator ambiental Património Cultural, bem como das áreas de Incidência Direta (AID) e Indireta (AIi) do projeto.

Tendo como objetivo contextualizar a área do projeto do ponto de vista do Património Cultural, entende-se por AE a área situada entre o limite da AID e a que se estende até um mínimo de 1000 metros para além dos limites definidos no mesmo.

Entende-se por AID do projeto aquela que é diretamente afetada pela execução e exploração do mesmo.

Entende-se por AIi do projeto aquela que é passível de ser afetada no decorrer da implementação do mesmo, ou seja, que se estende entre a AID e 50 metros para além dos seus limites.

- Descrição e caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural:
 - a. Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e os IGT que se sobreponham à área do projeto;
 - b. Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais), e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico; A pesquisa bibliográfica e Documental baseia-se nas seguintes fontes de informação: Bibliografia específica, Documentação, Cartas Arqueológicas, Inventários de Património Arqueológico e Arquitetónico, Carta de condicionantes do PDM (Planos de Pormenor Municipais); Inventários Patrimoniais de organismos públicos (Consultadas as seguintes bases de dados), <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Portal do Arqueólogo: Sítios (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada Endovélico)¹ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>, www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm, Ulysses,



sistema de informação do património classificado/DGPC da responsabilidade da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico³ da responsabilidade da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários⁵ da autoria de Pedro Soutinho, Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;

- c. Recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário;
- d. Análise toponímica e fisiográfica da cartografia, incluindo a histórica e cadastral, complementada pela análise de ortofotomapas, sempre que se revele pertinente; Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente. Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospetar
- e. Elaboração do enquadramento histórico e arqueológico da AE;
- f. Relocalização no terreno dos dados previamente recolhidos, quer se localizem na AID quer na AI;
- g. Prospeção arqueológica sistemática das áreas de implantação das componentes do projeto que não apresentem alternativa de localização;



Entende-se por prospeção sistemática o percorrer a pé todas as áreas passíveis de serem observadas arqueologicamente, devendo a mesma ser efetuada por vários prospectores em linhas paralelas com uma distância entre si não superior a 20 metros. Nos casos de projetos abrangendo grandes áreas ou na proximidade de áreas com reconhecida sensibilidade arqueológica, em situações de vegetação muito densa, poderá ser recorrer-se, complementarmente, ao levantamento da AE do projeto com utilização de tecnologia LiDAR- voo combinado LiDAR e fotoaerofotogrametria (canais vermelho, verde, azul infravermelho de proximidade com um mínimo de 120 pontos por m²). Os dados apurados deverão ser processados por um arqueólogo especialista em fotointerpretação. A apresentação de resultados deverá ser realizada em forma de relatório.

- h. Em fase de Estudo Prévio (EP) ou de Anteprojeto (AP), prospeção seletiva que cubra uma amostragem correspondente no mínimo a 25% da área total de cada uma das alternativas de localização apresentadas; Entende-se por prospeção seletiva a batida de zonas criteriosamente selecionadas, como indicadores de potencial arqueológico, tendo por base a pesquisa bibliográfica, os indícios de natureza toponímica, fisiográfica e informação oral, recolhidos previamente, e a observação direta da paisagem.
- i. Em fase de Projeto de Execução (PE), prospeção sistemática das áreas a afetar pelo projeto (AID e AII), áreas a afetar no decurso da obra e ainda as correspondentes ao restabelecimento da rede viária, à construção e/ou melhoria dos acessos à obra, aos estaleiros, assim como aos locais de empréstimo e depósito de terras e / ou de dragados;
- j. As áreas de projeto não prospectadas por desconhecimento da sua localização serão indicadas no relatório;
- k. As áreas não prospectadas devido a outros impedimentos serão implantadas na cartografia;
- l. No caso de impedimento pontual na realização da prospeção, este será justificado, discriminando as diligências efetuadas;
- m. Descrição das condições de visibilidade do solo, para artefactos e estruturas, através de uma classificação simplificada e sua representação cartográfica, com sinalização das ocorrências identificadas, com trama ou cor, à escala adequada ao projeto; no caso de PE, quando se justifique, apresentar cartografia à escala de projeto (1:5 000 ou 1:2 000);



A visibilidade dos solos tem por base as seguintes unidades de observação:

- Visibilidade Nula: vegetação ou Arvoredo denso do terreno, sendo intransponível ao percurso pedestre. São ainda incluídos nesta categoria o acesso vedado ao terreno, assim como terreno com forte inclinação, não prospektado por questões de segurança. Geralmente representada a vermelho nas peças desenhadas;
- Visibilidade Parcial: Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Alguma dificuldade na observação de materiais arqueológicos e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a amarelo nas peças desenhadas;
- Visibilidade Boa: Sem arvoredo, com vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a verde nas peças desenhadas.

- n. Atribuição de valoração às ocorrências patrimoniais identificadas, com vista à hierarquização da sua importância científica e cultural, com base nos seguintes critérios: valor da inserção paisagística, valor da conservação, valor da monumentalidade, valor da raridade regional, valor científico e valor histórico.

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTES COM EXPLICITACÃO DOS CRITÉRIOS

UTILIZADOS

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todos as Ocorrências Patrimoniais identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação *in situ*. Essa ficha tem por modelo a base de dados do “Endovélico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”:

Nº Inventário - Número sequencial que identifica a Ocorrência Patrimonial utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

Projecto - Nome do projeto em que se insere o Estudo.

O.P. - Nome atribuído à Ocorrência Patrimonial identificada.

Data - Altura em que foi realizada a avaliação.

Localização Administrativa - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência Patrimonial.

Localização Geográfica - Todas as Ocorrências Patrimoniais são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projeção: Hayford-Gauss; Sistema de Referenciação: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).



Topónimo - Topónimo local onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Microtopónimo - Microtopónimo onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Proprietário - Sempre que for possível contatar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência Patrimonial, regista-se essa informação.

CMP - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

Classificação - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

Decreto Lei - Decreto de lei da classificação do monumento.

Estado Conservação - Estado de conservação do monumento.

CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

(Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial)

CATEGORIA		
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica

Tabela 1 Categoria atribuída a cada Ocorrência Patrimonial. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica

TIPO DE SÍTIO				
Abrigo	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro
Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basilica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptopórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira
Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Funerário	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Oficina	Poço	Pombal
Ponte	Povoado	Pelourinho	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Povoado Fortificado	Sepultura	Silo
Sinagoga	Talude	Sarcófago	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Tanque	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Torre	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Monte	Quinta	Alminha
	Vicus	Espigueiro	Vest. diversos	
		Cruzeiro		

Tabela 2 Tipo funcional a que se refere a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>)



CRONOLOGIA

Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico
Neolítico	Neolítico Antigo	Neolítico Médio	Neolítico Final
Calcolítico	Calcolítico Final	Bronze Pleno	Bronze Final
Idade do Ferro	1ª Idade do Ferro	2ª Idade do Ferro	Romano
Romano Republicano	Romano Império	Romano Alto Império	Romano Baixo Império
Idade Média	Alta Idade Média	Baixa Idade Média	Islâmico
Moderno	Contemporâneo	Pré-História Antiga	Pré-História Recente
	Proto-História	Indeterminado	

Tabela 3 Cronologia da Ocorrência Patrimonial (A indicação de vários períodos cronológicos separados por "/" tem significado cumulativo)

CONTEXTO GEOLÓGICO

Granitos	Xistos	Calcários	Aluviões	Coluviões
Argila	Calcossilicatado	Basalto	Marga	Mármore
Silex	Tufo	Turfa	Outro	Arenitos
Areias	Terraço	Depósitos argilosos	Rochas vulcânicas	Dioritos
		Terraço fluvial/cascalheira		

Tabela 4 Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

TOPOGRAFIA

Arriba	Planície	Colina suave	Cerro – topo	Cerro – vertente
Canhão	Encosta	Grande elevação	Outros	Pequena elevação
Planície	Rechã	Vale aberto	Vale fechado	Leito de rio ou ribeiro
Espigão de meandro fluvial	Esporão	Escarpa	Plataforma / rechã	Planalto
	Praia		Várzea	

Tabela 5 Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência Patrimonial

VISIBILIDADE

Destaca-se bem	Destaca-se medianamente
Diluída na paisagem	Escondida

Tabela 6 Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência Patrimonial no território envolvente

CONTROLO VISUAL

Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)
-----------------------	-----------------------	---

Tabela 7 Nível do controlo visual que a Ocorrência Patrimonial detém sobre a paisagem

VEGETAÇÃO

Sem vegetação	Vegetação rasteira	Arbustos ou mato denso
Floresta/mata densa	Floresta/mata pouco densa	Cultura de vinha

Tabela 8 Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência Patrimonial



USO DO SOLO

Agrícola	Turismo	Urbano	Agrícola regadio	Pastoreio
Eucaliptal	Mato	Montado	Olival	Outros
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Pinhal	Aterro	Baldio	Caminho	Pedregais
Agricultura manual	Agricultura mecânica	Latifúndio	Minifúndio	Socalcos
Recursos	Exploração agrícola		Pomar	Piscicultura

Tabela 9 Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no *thesaurus* do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

FONTES

Pesquisa					
Documental	Bibliográfica	Cartográfica	Planos Municipais	Projectos de investigação	Base de dados
Trabalho de Campo		Prospecção		Informação Oral	

Tabela 10 Fonte utilizada na identificação da Ocorrência Patrimonial: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

AMEAÇAS

Abandono	Construção	Agrícola	Agrícola regadio	Pastoreio
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Erosão marinha	Erosão fluvial	Gado	Outros	Rede viária
Barragem	Aterro	Baldio	Caminho	Agentes erosivos
	Vandalismo		Vegetação	

Tabela 11 Ameaças sobre a Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Presença	Ausência
----------	----------

Tabela 12 Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

DISPERSÃO DOS MATERIAIS

Extensa	Média
Pequena	Pontual

Tabela 13 Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

TIPO DE DISPERSÃO

Contínua	Dispersa
Concentrada	Progressiva

Tabela 14 Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

Local de Depósito - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente da CCDR.



ACESSIBILIDADE

Via Rápida
Estradão

Estrada Nacional
Caminho de pé posto

Estrada Municipal
Sem acesso

Tabela 15 Referência ao tipo de acesso à Ocorrência Patrimonial

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Conservação/Valorização
Levantamento

Escavação

Sondagem
Prospecção

Tabela 16 Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existent em relação à Ocorrência Patrimonial

Bibliografia - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência Patrimonial.

Localização Face ao Projecto - Descrição da localização da Ocorrência Patrimonial em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência Patrimonial às unidades de projecto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.

Descrição - Descrição da Ocorrência Patrimonial em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

(Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Patrimonial Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Valor Arqueológico - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

Valor Arquitectónico - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência Patrimonial encontrada.

Valor Histórico - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor Etnográfico - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Representatividade - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

Potencial Científico - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Interesse Público - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Grau de Conservação - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Valor Arqueológico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Architectónico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Histórico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Etnográfico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Representatividade	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Potencial Científico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Interesse Público	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Grau de Conservação	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

Tabela 17 Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência Patrimonial no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado**: Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio**: Ocorrência Patrimonial (arqueológica, arquitectónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Reduzido**: Aplica-se a Ocorrências Patrimoniais que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. **Sem interesse**: Atribuído a construção actual ou a Ocorrência Patrimonial de interesse patrimonial totalmente destruído. **Indeterminado**: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da Ocorrência Patrimonial (interior e exterior no caso das construções)

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

(Para além da caracterização e importância da Ocorrência Patrimonial, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência Patrimonial está sujeita, assim como as medidas de Mitigação Adaptado do

Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Magnitude do Impacte - Corresponde ao grau de afectação de impacte na Ocorrência Patrimonial.

Área Sujeita a Impacte - Dimensão do impacte a Ocorrência Patrimonial (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

Probabilidade – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência Patrimonial.

Fase de Ocorrência – Fase de implantação do projecto em que irá ocorrer o impacte.

Carácter de Impacte – O impacte da Ocorrência Patrimonial poderá ser de carácter Direto ou Indireto. Direto quando significa a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, Indireto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.

Tipo de Impacte - Relativo ao período de tempo de impacte sobre da Ocorrência Patrimonial.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE

Magnitude do Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Área Sujeita a Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Probabilidade	Certo	Muito provável	Possível	Pouco provável	
Fase de Ocorrência	Construção		Exploração	Desativação	

Carácter de Impacte	Indireto	Direto
Tipo de Impacte	Temporário	Permanente

Tabela 18 O grau de afectação do impacte na Ocorrência Patrimonial

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência Patrimonial impõe ao desenvolvimento do projeto, através de parâmetros específicos e objetivos, facilitando a sua inclusão dentro do projeto (Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte

Arqueológico”).

NÍVEL DE CONDICIONANTE	
Nível 5	Condiciona a obra e as ações intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
Nível 4	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
Nível 3	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
Nível 2	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
Nível 1	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

Tabela 19 Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência Patrimonial

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
Medida de classe A	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica. Estas podem ser mecânicas (quando os sítios não revelem indícios claros de conservação de contextos in situ e apresentem à superfície, numa grande extensão, manchas de dispersão de vestígios esparsos); ou manuais (sempre que exibam estruturas ou concentrações significativas de materiais arqueológicos ou outros indícios claros de conservação de contextos in situ)
Medida de classe B	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica. Estas podem ser mecânicas (quando os sítios não revelem indícios claros de conservação de contextos in situ e apresentem à superfície, numa grande extensão, manchas de dispersão de vestígios esparsos); ou manuais (sempre que exibam estruturas ou concentrações significativas de materiais arqueológicos ou outros indícios claros de conservação de contextos in situ)



Medida de classe C	Prospecção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
Medida de classe D	Prospecção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Elaboração de memórias descritivas para salvaguarda futura, com descrição das características morfo-funcionais, cronologia, estado de conservação, enquadramento cénico/paisagístico, bem como registo gráfico e fotográfico, e levantamentos topográficos, incluindo perfis e alçados, georreferenciados
Medida de classe E	Sinalização e/ou vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
Medida de classe F	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
Medida de classe G	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
Medida de classe H	Preservação da Ocorrência Patrimonial em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
Medida de classe I	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência Patrimonial situada na área de incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
Medida de classe J	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
Medida de classe K	Qualquer demolição ou alteração das ocorrências patrimoniais identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção
Medida de classe L	Trabalhos prévios de conservação e consolidação de estruturas que se revelem suscetíveis de sofrerem danos ou deterioração causados pela implementação do projeto
Medida de classe M	Recurso prévio a modelos de diagnóstico preditivos, através de métodos geofísicos ou outros, quando devidamente justificado
Medida de classe N	Avaliação espeleo-arqueológica de cavidades subterrâneas de génese natural (cársica, vulcânica, tectónica, erosiva) ou antrópica (minas, criptas, condutas)

Tabela 20 Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências Patrimoniais

REGISTO E INVENTÁRIO

Nesta fase é elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), é obrigatoriamente enviada à CCDR, de acordo com Dec. Lei 164/2014, de 04 de Novembro que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Os relatórios destes trabalhos arqueológicos a apresentar ao organismo competente da



administração do Património Cultural devem conter, para além do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei n164/14, de 4 de Novembro, os seguintes elementos:

- a) Breve descrição do projeto, com indicação da fase em que se encontra – AP, EP, PE – e no caso do RECAP, descrição e demonstração do cabal cumprimento das condições impostas na DIA e/ou na DCAPE;
- b) Descrição das ações para execução das infraestruturas/componentes do projeto que se prevê terem afetação direta ou indireta sobre o património, e explicitação de quais as correspondentes áreas de afetação direta e potencial afetação indireta;
- c) descrição da metodologia utilizada tendo em conta a fase do projeto;
- d) Indicação das áreas de projeto não prospetadas por desconhecimento da sua localização, e respetiva implantação cartográfica;
- e) Caracterização da situação de referência, com informação sobre as distâncias de cada ocorrência (considerando os limites exteriores) relativamente às áreas de afetação direta e indireta do projeto;
- f) Apresentação de uma ficha de caracterização patrimonial com descrição e localização, por cada ocorrência identificada; A ficha de caracterização patrimonial deverá, pelo menos, conter as seguintes informações: número de inventário, coordenadas, topónimo, correlação com o CNS (endovelico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica), tipo, cronologia, descrição, registo fotográfico, potencial científico, grau de conservação e interação com o projeto (impacte).
- g) Identificação e avaliação dos impactes, com explicitação dos critérios utilizados nas diversas fases (construção, exploração, desativação);
- h) Proposta dos adequados ajustes ao projeto e medidas de minimização de carácter geral e específico, com a avaliação da eficácia das medidas propostas, a identificação dos impactes residuais, após a aplicação das mesmas, e eventuais medidas de compensação destes;
- i) Plano de Monitorização do Património Cultural na fase de exploração, nos casos aplicáveis;
- j) Cartografia comparativa da prospeção proposta/realizada, com indicação das lacunas de conhecimento (deficiências na prospeção);



- k) Cartografia do projeto com sinalização e numeração das ocorrências identificadas, à escala 1: 25 000. Quando em PE deverá ser também apresentada à escala (1:50 000 ou 1:2 000), com respetivo levantamento topográfico/batimétrico;
- l) Demonstração da progressão da prospeção no terreno, através de fotografia com referenciação na cartografia;
- m) No caso dos projetos referidos em 5. do Capítulo I, cartografia do projeto com indicação da natureza dos fundos subaquáticos;
- n) Cartografia individualizada e georreferenciada das áreas de dispersão implantação das ocorrências patrimoniais identificadas (polígonos com áreas de dispersão/concentração de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas, incluindo áreas mínimas para proteção dos vestígios);
- o) Descrição das condições de visibilidade do solo através de uma classificação simplificada e sua representação cartográfica, com sinalização das ocorrências identificadas, com trama ou cor, à escala adequada ao projeto; no caso de PE, quando se justifique, apresentar cartografia à escala de projeto (1:5 000 ou 1:2 000);
- p) Cartografia do projeto com implantação dos dados geofísicos (caso se opte por esta metodologia);
- q) Apresentação em formato digital dos dados brutos recolhidos através da prospeção geofísica (caso se opte por esta metodologia);
- r) Apresentação e análise de dados geológicos (caso tenham sido efetuados trabalhos de sondagem geológica no local de implantação do projeto);
- s) Apresentação de síntese da situação de referência, avaliação de impactes e medidas de minimização a incluir no Resumo Não Técnico (RNT).

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O objetivo primordial do trabalho foi identificar o maior número de sítios, vestígios e monumentos inseridos dentro da potencial área de incidência do Projeto, bem como, avaliar o tipo e dimensão dos potenciais impactes sobre estas ocorrências de valor patrimonial. Para a AE foi considerada uma área de 1.000m da envolvente da área de projeto.



As realidades de considerado interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico foram registadas através de um número de ordem inscrito nas folhas da Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), à escala 1:25 000.

PESQUISA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A AID e a AII, assim como a AE da “Pedreira de Cambas” localizam-se no concelho de Mondim de Basto, freguesia de Atei.

O concelho de Mondim de Basto, integrado no distrito de Vila Real, situa-se na Região Norte (NUT II), pertencendo à sub-região do Tâmega (NUT III). Localizado na margem direita do rio Tâmega e a cerca de 120 km a nordeste do Porto, ocupa uma posição estratégica como fronteira natural entre Trás-os-Montes e o Minho, característica que influenciou historicamente o seu povoamento, circulação e organização territorial.

A geografia do concelho é marcada por um relevo acidentado, estruturado pelas encostas das serras do Marão e do Alvão, que configuram um território simultaneamente montanhoso e profundamente encaixado. A Serra do Alvão, em particular, desempenha um papel determinante na morfologia local, com altitudes que ultrapassam os 1100 metros, impondo fortes declives, vales profundos e uma paisagem marcada por afloramentos graníticos, fragas e linhas de água vigorosas. A Serra do Marão, embora menos presente no interior administrativo do concelho, reforça a moldura orográfica envolvente e condiciona a climatologia, caracterizada por invernos frios e verões amenos.

Do ponto de vista hidrográfico, Mondim de Basto é um concelho particularmente rico. Para além do rio Tâmega, que acompanha o limite ocidental e constitui um dos principais eixos naturais do norte de Portugal, destacam-se cursos de água de grande expressão ecológica e paisagística, como o rio Cabril, o rio Olo—proveniente do Parque Natural do Alvão—e numerosas ribeiras e linhas de água tributárias. Estes sistemas fluviais formam uma rede densa e dinâmica, responsável pela modelação de vales profundos e pela criação de habitats diversificados, sustentando práticas agrícolas tradicionais e contribuindo para o carácter verdejante e húmido do concelho. Os vales do Cabril e do Olo são, aliás, reconhecidos pelo seu elevado valor ambiental e pela presença de episódios geomorfológicos e ecológicos singulares, como quedas de água, canhões rochosos e zonas ribeirinhas de grande biodiversidade.

O território de Mondim de Basto estende-se por 172,1 km², distribuídos por oito freguesias: Atei, Bilhó, Campanhó, Ermelo, Mondim de Basto, Paradança, Pardelhas e Vilar de Ferreiros. Cada uma delas apresenta características próprias resultantes da interação entre relevo, solo, hidrografia e história do povoamento, desde os vales agrícolas mais férteis até às zonas de

montanha que preservam importantes testemunhos de ocupação antiga, práticas agropastoris e património natural.

Mondim de Basto confina com os concelhos de Ribeira de Pena a nordeste, Vila Real a sudeste, Celorico de Basto (Braga) a oeste, Amarante (Porto) a sudoeste e Cabeceiras de Basto (Braga) a norte. Esta posição de charneira entre bacias hidrográficas, unidades montanhosas e diferentes regiões histórico-culturais confere ao concelho uma identidade geográfica singular, marcada pela confluência de influências transmontanas e minhoto-duriense e por uma paisagem de forte carácter natural e patrimonial (VER ANEXO IV, DESENHOS 1, 2).



Figura 1: Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita



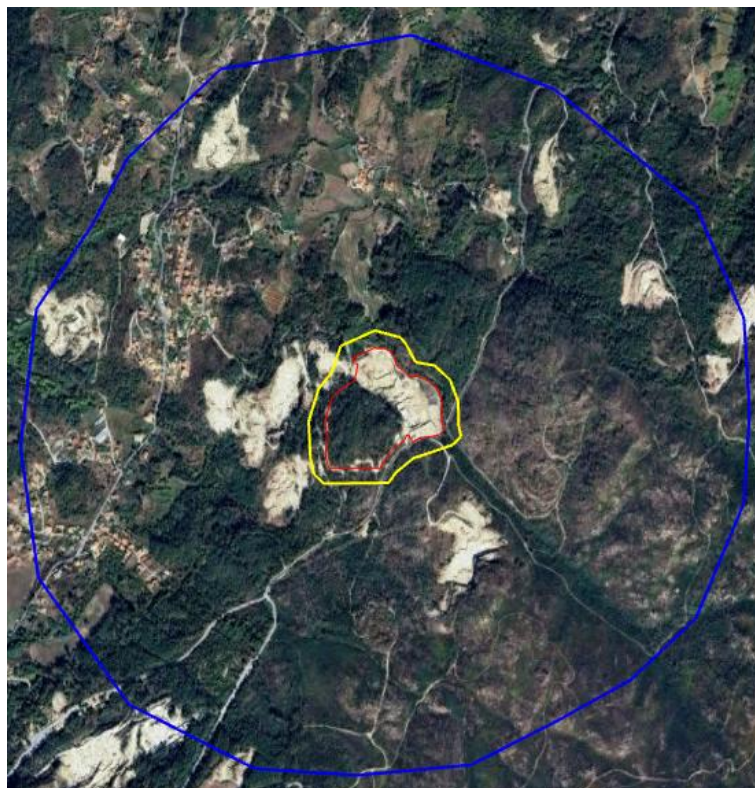


Figura 2– Área envolvente de 1km (AE). A vermelho a AID, a amarelo a AII e a azul a AE. Data da imagem do site Google Earth 10.10.25

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

O concelho de Mondim de Basto situa-se nas encostas meridionais do maciço do Parque Natural do Alvão (Monte Farinha / Senhora da Graça), dominando vales afluentes do Tâmega. A topografia é marcada por elevações com cumes abruptos, vertentes de forte declive e fundos de vale onde circulam cursos efémeros e a ribeira de Campos, que têm favorecido desde a pré-história ocupações de altura e nucleamentos fortificados. A posição estratégica do Monte Farinha e dos seus sopés condicionou a fixação humana e as rotas de circulação regionais desde a Idade do Ferro até à época moderna (romaria e vias locais).

A investigação regional demonstra que o Noroeste peninsular apresenta ocupação desde o Neolítico com testemunhos megalíticos e mamoa, fenómeno bem documentado por Vítor Oliveira Jorge e outros, que contextualizam o distrito de Vila Real dentro do megalitismo atlântico e das práticas funerárias coletivas (mamoas, antas). A distribuição de monumentos funerários e de povoações de cume corrobora uma ocupação crescente do espaço entre o 4.º e o 2.º milénio a.C., com especialização agrícola e construção de marcos sociais (estruturas megalíticas) que transformaram a paisagem.

O fenómeno castrejo é central para compreender a ocupação da região. Armando Coelho e outros estudaram a cultura castreja do Noroeste, descrevendo a evolução do habitat em pequenas cidades fortificadas e a sua persistência até à romanização. Em Mondim de Basto, o sítio mais emblemático deste período é o Castro do Crastoeiro (também grafado “Crastoeiro

/ Crastoeiro”), implantado na vertente sudoeste do Monte Farinha. O Crastoeiro apresenta muralhas, cavidades escavadas em rocha e habitações/estruturas internas; a estratigrafia e o espólio (cerâmica castreja, fenómenos de armazenamento em poços cavados na rocha) colocam-no firmemente na cronologia da Idade do Ferro com continuidade até à romanização. Escavações e estudos de paleo-botânica/carpologia recentes revelaram uso agrícola diversificado e estruturas de armazenamento.

O território de Mondim estava ligado por eixos regionais que articulavam Braga/Bracara Augusta com o interior minhoto e pontos do Tâmega; os estudos de Ferreira de Almeida e de investigação em vias romanas mostram a sobreposição e reutilização de itinerários antigos por rotas medievais posteriores. A cartografia histórica e as inquirições documentais apontam para caminhos transversais que condicionaram povoamentos de cume e passagem de comércio local.

No Noroeste peninsular a presença islâmica, onde existiu, foi menos consolidada e mais fragmentária que em estratos meridionais; a documentação e a arqueologia apontam para influência e circulação cultural entre os séculos VIII–X, mas Mondim de Basto, nas Terras de Basto, manteve essencialmente dinâmicas de povoamento local com continuidade dos núcleos castrejos para núcleos medievais. A evidência direta de ocupação islâmica no concelho é escassa; os estudos locais privilegiam continuidade castreja → reocupação/defesa medieval.

Entre os séculos XII–XIV o interior do Minho e Trás-os-montes assistiu a uma capilarização da rede paroquial e à formação de domínios senhoriais; mosteiros e comendas foram agentes de territorialização, e pequenas torres/paços surgiram para controle de vales. Mário Barroca e outros demonstraram que a malha de torres senhoriais na região expressa estratégias locais de controlo de passagens e vales, mais do que fortificações régias, coerente com o relevo compartimentado de Mondim. A confirmação documental (forais, inquirições, doações) e a materialidade (igrejas românicas, marcos de termo, pontes) reforçam a contínua ocupação medieval.

Do século XVI em diante, Mondim de Basto segue as dinâmicas regionais: consolidação de rotas de peregrinação (Santuário de Nossa Senhora da Graça no Monte Farinha), crescimento de centros e reconfigurações agrárias e industriais ao longo do século XIX e XX. A sua economia ficou tradicionalmente assente em agricultura de montanha, pastorícia e, mais recentemente, turismo de natureza e peregrinação. A proteção de elementos patrimoniais (Santuário, igrejas e capelas) passou a integrar inventários da DGPC/SIPA.

O povoamento da atual freguesia de Atei, no concelho de Mondim de Basto, remonta a épocas muito recuadas, facto comprovado pelos vestígios arqueológicos identificados neste território. As evidências apontam, sobretudo, para uma significativa ocupação de época romana, sendo plausível a hipótese de que aqui se teria implantado uma villa rústica. O centro desta unidade

fundiária estaria situado no lugar da Cividaia, topónimo que por si só remete para a memória de uma antiga ocupação estruturada e organizada do espaço. As villae desempenhavam um papel fundamental no processo de romanização do Noroeste peninsular, funcionando como polos de exploração agrícola e de administração territorial (Coelho, 1983; Jorge, 1980).

A relevância de Atei não se esgota no período romano. Já em época medieval, a freguesia ganha destaque no panorama religioso e político da região. De acordo com a tradição e a documentação hagiográfica, aqui nasceu, no ano de 924, Santa Senhorinha de Basto, figura de grande devoção na região de Basto, cuja memória se perpetuou ao longo dos séculos (Almeida, 1978).

Do ponto de vista político, as crónicas referem que, nos inícios da Nacionalidade, em Atei foram assassinados sete condes por um familiar de D. Afonso Henriques, episódio que revela a complexidade e instabilidade das disputas de poder no período da formação do reino de Portugal (Dinis, 1994).

A documentação pontifícia comprova igualmente a importância deste território. A bula Sua Nobis, emitida em 1208 pelo Papa Inocêncio III, refere expressamente Atei e a sua igreja matriz, reconhecendo-lhe um papel relevante no contexto eclesiástico da época. Este testemunho demonstra que Atei, já no dealbar do século XIII, se encontrava plenamente integrado nas estruturas administrativas e religiosas do reino (Batista, 2001).

Nas Inquirições de D. Afonso II (1220), Atei não surge mencionada, o que poderá indicar uma menor relevância administrativa no momento ou a integração sob uma unidade territorial maior. Todavia, algumas décadas mais tarde, nas Inquirições de D. Afonso III (1258), Atei já aparece descrita, destacando-se a sua igreja paroquial como referência central da comunidade local (Coelho, 1983).

A importância da freguesia manteve-se durante a Baixa Idade Média e na transição para a Idade Moderna. No início do século XVI, Atei foi escolhida por D. Manuel I como local de exílio das freiras insubmissas do Convento de Santa Clara de Vila do Conde, que haviam desrespeitado a Regra da Observância. Tal facto não só ilustra o peso institucional de Atei, como revela a sua função de lugar periférico, mas controlado pela Coroa, apto a desempenhar papéis disciplinares no seio da sociedade religiosa (Ferreira de Almeida, 1987).

O mesmo monarca, em 1514, concedeu foral a Atei, elevando-a à condição de sede de concelho. Esta decisão enquadra-se no vasto processo de reforma manuelina dos forais, que visava atualizar e uniformizar as normas jurídicas e fiscais em todo o reino, reforçando simultaneamente o poder régio (Oliveira Jorge, 1990).

Contudo, a autonomia municipal de Atei viria a ser relativamente efémera. No século XIX, mais concretamente a 6 de novembro de 1836, no contexto da reorganização administrativa liberal promovida pelo governo de Passos Manuel, o concelho de Atei foi extinto, sendo integrado no de Mondim de Basto. Este desfecho ilustra a perda de centralidade administrativa da freguesia, apesar do seu passado rico em acontecimentos históricos e religiosos (Batista, 2001).

Assim, a evolução histórica de Atei revela uma longa continuidade de ocupação, desde a romanização até à contemporaneidade, marcada por episódios de relevo regional e nacional. O território apresenta-se como um espaço onde convergem vestígios arqueológicos, memória religiosa e importância política, testemunhando a complexidade das transformações vividas ao longo dos séculos.

No âmbito do presente estudo, foi realizada uma pesquisa documental exaustiva com o objetivo de identificar a eventual presença de património arqueológico, arquitetónico ou cultural no interior da Área de Estudo (AE), através da consulta de plataformas digitais especializadas, bases de dados oficiais e instrumentos de ordenamento do território.

Foi consultado o portal www.monumentos.gov.pt, com o intuito de averiguar a existência de bens imóveis classificados, em vias de classificação ou inventariados, de natureza arquitetónica. A consulta incidiu sobre a totalidade da AE. Os resultados desta pesquisa estão indicados na tabela 21.

Paralelamente, procedeu-se à análise das Cartas de Ordenamento e de Condicionantes do Plano Diretor Municipal (PDM) do concelho do Mondim de Basto, com especial enfoque nas camadas informativas relativas a património classificado, zonas de proteção, áreas de sensibilidade arqueológica ou arquitetónica, e servidões administrativas associadas a bens culturais. A análise do PDM evidenciou a presença de património classificado ou áreas condicionadas por motivos patrimoniais no interior da AE.

PDM11- Parada de Atei

Parada de Atei. Nº Inv.11 Tipo: Necrópole; Cronologia: Romano; Descrição: Foram encontradas duas sepulturas formadas por tijolos de argila vermelha. No local foram também encontrados tijolos e moedas romanas de cobre e mós

PDM12- Sobreira

Sobreira 1. Nº Inv.12.1. Tipo: Povoado; Cronologia: Calcolítico; Descrição: Pequeno outeiro sobranceiro ao rio Tâmega destacado numa área aplanada da encosta NO do monte Farinha. Local muito perturbado, no quadrante Norte e poente pela edificação de casas e construção de socalcos para agricultura e no restante espaço pela laboração, no passado, de uma pedreira. Entre os artefactos líticos salientam-se uma raspadeira de quartzo, seixos do rio afeiçãoados numa das extremidades, um percutor e parte de um polidor subrectangular, em quartzito. A



cerâmica é maioritariamente de fabrico grosseiro com pastas onde abundam grãos de quartzo como desengordurante, superfícies rugosas e cor castanha avermelhada. Identificaram-se bases de fundo plano e fragmentos com decoração incisa, destacando-se três exemplares “tipo Penha”. Proteção: Inexistente; Distância: 640 metros;

Sobreira 2. Nº Inv.12.2. Tipo: Casal (?); Cronologia: Época medieval (?); Descrição: Nos mesmos locais onde se recolheram materiais atribuíveis ao Calcolítico (Sobreira 1) surgem fragmentos de cerâmica feitos à roda, com marcas do oleiro puxar a peça, com superfícies rugosas ou alisadas e cor castanha escura, cinzenta. Proteção: Inexistente; Distância: 640 metros;

PDM13- Carvalhos

Carvalhos 1. Nº Inv.13.1. Tipo: Mancha de ocupação; Cronologia: Época romana; Descrição: Área aberta, delimitada de N a E por muro de propriedade, com ligeira inclinação para poente, na encosta NO do monte Farinha, contígua ao sítio arqueológico Sobreira 1 e 2. Visíveis fragmentos de tegula e imbrex. Proteção: Inexistente; Distância: 1100 metros;

Carvalhos 2. Nº Inv.13.2. Tipo: Arte Rupestre; Cronologia: Idade Média (?); Descrição: Plataforma aplanada, limitada a N pelo ribeiro de Surreiros, na encosta NO do Monte Farinha, contígua ao sítio arqueológico da Sobreira, onde foram recolhidos materiais cerâmicos atribuíveis ao calcolítico e à época medieval. Na superfície arredondada de um dos afloramentos observou-se um cruciforme gravado com sulco profundo. A cerca de 30m para NO deste penedo, na superfície aplanada de um pequeno afloramento, identificaram-se 2 fossetes; Proteção: Inexistente; Distância: 1100 metros;

Carvalhos 3. Nº Inv.13.3. Tipo: Arte Rupestre; Cronologia: Pré-história (?); Descrição: Na mesma plataforma onde se implanta o penedo com cruciforme (Carvalhos 2), a cerca de 30 m para NE, identificámos duas fossetes gravadas na superfície aplanada de um pequeno afloramento. De recordar que no sítio arqueológico denominado Sobreira 1, localizado na envolvente próxima, recolhemos fragmentos de cerâmica atribuível ao Calcolítico; Proteção: Inexistente; Distância: 1100 metros;

PDM75- Pedreira de Meirinhos

Pedreira de Meirinhos. Nº Inv.75. Tipo: Achado isolado; Cronologia: Idade Bronze; Descrição: Vertente NNO do monte da Senhora da Graça, numa área revolvida na parte NE da pedreira Meirinhos, junto de um outeiro onde se observa um perfil vertical cortado na arena granítica apareceu um fragmento de cerâmica manual, lisa, com pasta arenosa e boa cozedura, redutora, cor castanha escura e acabamento alisado e um seixo do rio, fraturado, com aresta cortante. Este local acumula inertes, constituídos por pedras e terras provenientes de partes da pedreira, já desmanteladas, provavelmente da zona poente do referido outeiro. Proteção: Inexistente; Distância: 350 metros;



No que diz respeito à presença de infraestruturas viárias de época romana, foi consultada a base de dados [Vias Romanas em Portugal – Itinerários5](#), da autoria de Pedro Soutinho, reconhecida pelo seu rigor na sistematização dos traçados da rede viária romana no território nacional. Esta consulta permitiu constatar que não existem vias romanas dentro da AE.

Adicionalmente, foi também consultada a base de dados oficial do Património Cultural do Instituto do Património Cultural, acessível através da plataforma www.patrimoniocultural.gov.pt, com o objetivo de identificar a eventual existência de bens imóveis classificados ou em vias de classificação, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) e restante legislação aplicável.

Da análise efetuada, não foi identificado qualquer Monumento Classificado ou imóvel em Vias de Classificação localizado no interior da Área de Estudo (AE), nem foram sinalizadas Zonas de Proteção associadas a bens patrimoniais reconhecidos. Esta ausência indica que, à luz da legislação nacional em vigor e da informação disponível nos sistemas oficiais, a AE não se encontra abrangida por qualquer regime legal de proteção patrimonial direta.

Paralelamente, foi consultada a base de dados arqueológica nacional “Endovélico”, também gerida pelo Património Cultural, a qual reúne a totalidade dos sítios arqueológicos, achados isolados, contextos patrimoniais e ocorrências com interesse arqueológico registados em território nacional. Os resultados desta pesquisa estão na tabela 23.

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (FREGUESIA/COORDENADAS)		PROTEÇÃO LEGAL	CRONOLOGIA
Capela de Nossa Senhora das Necessidades	Arquitectura religiosa, vernácula e barroca	Atei	41.44194 -7.918789	Inexistente	Séc. 18
Ponte de Fragoso / Ponte de Vale da Ponte	Arquitectura de comunicações e transportes, setecentista	Atei	41.44124 -7.927764	Inexistente	Séc. 18 (conjectural)

Tabela 21 Património Arquitetónico existente na AE no site <http://www.monumentos.gov.pt/>

NÚMERO	DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	CRONOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			PROTEÇÃO LEGAL	DECRETO	
								HOMOLOGAÇÃO	ZEP (ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO)
PDM11	Parada de Atei	Património arqueológico /Necrópole	Romano	Mondim de Basto	Atei	41,442105 -7,929704	PDM		
PDM12	Sobreira	Património arqueológico /Povoado	Calcolítico / medieval	Mondim de Basto	Atei	41.430226 -7.930283	PDM		
PDM13	Carvalhos	Património arqueológico /Arte Rupestre	Pré-história / romano / medieval	Mondim de Basto	Atei	41,429958 -7,929682	PDM		
PDM75	Pedreira de Meirinhos	Património arqueológico /achado isolado	Idade do Bronze	Mondim de Basto	Atei	41.432929 -7.920432	PDM		

Tabela 22 Condicionantes identificadas nas cartas de condicionantes de PDM

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	M E I O	ACESSO	ESPOLIO
Carvalhos	Arte Rupestre	Mondim de Basto	Atei	41,429958 -7,929682	Idade Média e Indeterminada	31968	Plataforma aplanada, limitada a norte pelo ribeiro de Surreiros, na encosta noroeste do Monte Farinha, contígua ao sítio arqueológico da Sobreira, onde foram recolhidos materiais cerâmicos atribuíveis ao calcolítico e à época medieval. Zona com afloramentos de granitos com dimensões consideráveis. Na superfície arredondada de um dos afloramentos observou-se um cruciforme gravado com sulco profundo. A cerca de 30 m para noroeste deste penedo, na superfície aplanada de um pequeno afloramento, identificaram-se duas fossetes grandes	T	A partir da E.N. 312, depois do cruzamento para a Sra. da Graça, tomar caminho sem saída, à direita, antes do pontão do bibeiro de Surreiros	
Parada de Atei	Necrópole	Mondim de Basto	Atei	41,442105 -7,929704	Romano	5205	Foram encontradas duas sepulturas formadas por tijolos de argila vermelha. No local foram também encontrados tijolos e moedas romanas de cobre e mós	T	No sopé do pico da Senhora da Graça, perto da Parada de Athuy	Tijolos, lâmpada, vasos e moedas

Tabela 23 Sítios arqueológicos identificados na base de dados do Endovélco

ANÁLISE TOPONÍMICA

Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente.

No âmbito da pesquisa documental realizada da AE, foi analisada a Carta Militar n.º 87, instrumento fundamental para a identificação preliminar de indícios toponímicos com potencial relevância arqueológica ou patrimonial. Esta abordagem teve como objetivo a deteção de designações toponímicas que, pelas suas características linguísticas ou semânticas, pudessem sugerir a presença de estruturas antigas, elementos naturais associados à ocupação humana ou práticas tradicionais suscetíveis de revelar vestígios arqueológicos.

Através desta fonte, foram identificados apenas dois topónimos cuja natureza pode sugerir a presença de vestígios arqueológicos ou de estruturas antigas integradas na paisagem histórica.

Lajinhas - A designação “Lajinhas” é particularmente relevante, uma vez que remete para a ocorrência de afloramentos rochosos superficiais ou lajes pétreas. Na tradição toponímica portuguesa, este tipo de nomeação pode estar associado à existência de estruturas megalíticas, como antas, mamoaes ou sepulturas escavadas na rocha, ainda que já desmanteladas ou muito arrasadas. Embora a simples presença do topónimo não constitua evidência direta, trata-se de um indicador que merece atenção, dado que fenómenos morfológicos semelhantes são frequentemente correlacionados com práticas funerárias pré-históricas.

Muro – topónimo que poderá indiciar a existência de estruturas antigas de divisão de propriedade, potencialmente relacionadas com antigos sistemas de parcelamento agrícola ou compartimentação rural. Estas estruturas quando preservadas, podem testemunhar formas de organização agrária histórica e, nalguns casos, relacionar-se com ocupações de longa duração.

ANÁLISE FISIAGRÁFICA

Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço,



mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospetar.

Do ponto de vista fisiográfico, a AE, insere-se num território de transição entre as elevações graníticas do Alvão e a depressão suave que conduz ao vale do rio Tâmega. Esta posição intermédia confere-lhe uma paisagem marcada por contrastes topográficos, onde se articulam encostas declivosas, plataformas de erosão e pequenos vales férteis delimitados por linhas de água de carácter sazonal. O substrato geológico, dominado pelos granitos hercínicos de grão médio a grosseiro, condicionou desde cedo a organização do espaço, definindo solos arenosos e bem drenados nas encostas e depósitos mais húmidos nos fundos de vale, aptos para culturas tradicionais. Estes granitos, sujeitos a processos de meteorização, originam manchas de saibro e matacões aflorantes, conferindo à paisagem um aspeto característico do noroeste transmontano.

A hidrografia local é estruturada pela proximidade do rio Cabril, a que se subordinam diversos afluentes e ribeiras secundárias que percorrem Atei, entre as quais se destaca a ribeira que atravessa o vale central e que historicamente definiu áreas de cultivo permanentes. A presença desta rede hidrográfica contribui para a existência de solos com maior fertilidade relativa, o que explica a ocupação humana continuada e a manutenção de um mosaico agrícola composto por campos murados, lameiros e pequenas hortas.

A análise fisiográfica e diacrónica da área em estudo, realizada com base em imagens de satélite do Google Earth Pro, demonstra que, ao longo das últimas duas décadas, o padrão geral de uso e ocupação do solo se manteve relativamente estável, sem alterações estruturais de grande expressão. A leitura sequencial das imagens permite, contudo, identificar diferentes fases de exploração do espaço associado à pedreira.

Pelo menos desde 2002 até 2010, a zona foi utilizada como pedreira, período em que se observam claras evidências de mobilização do terreno e abertura de frentes de exploração. Posteriormente, verifica-se uma interrupção dos trabalhos, constatando-se, nas imagens até 2023, um processo de regeneração e reflorestação espontânea da área intervencionada, sugerindo um abandono temporário da exploração.

Nas imagens referentes ao ano de 2023 é novamente visível a reativação da pedreira, com retomada das atividades extrativas e ampliação das superfícies mobilizadas. Esta situação mantém-se até ao presente, confirmando uma reutilização do espaço.



Figura 3– Google Earth Pro imagem de 10.10.25. A vermelho a AID e a amarelo a AII

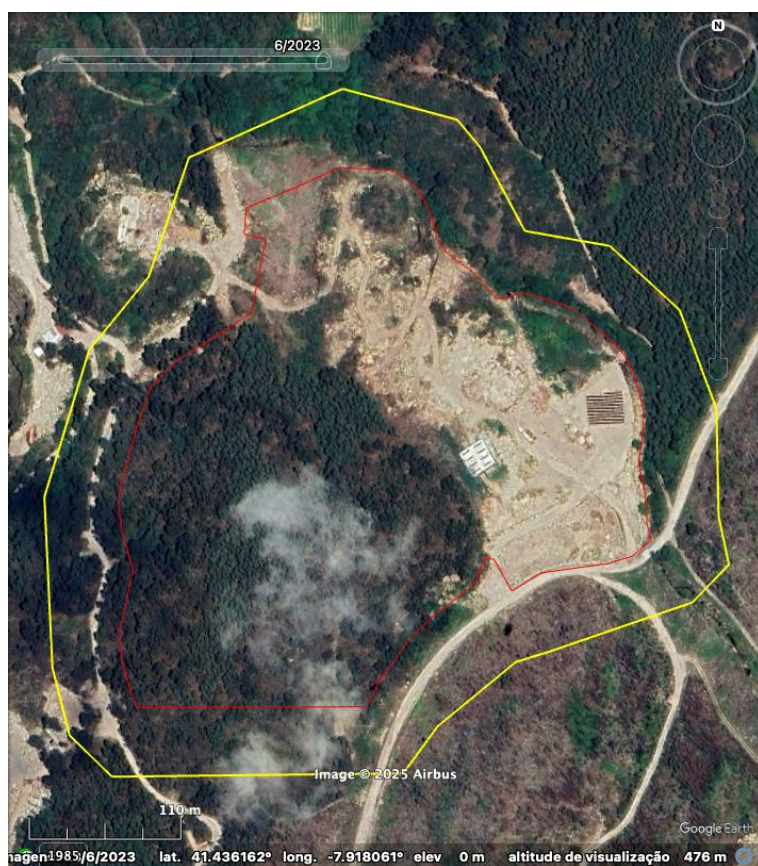


Figura 4– Google Earth Pro imagem de 23.06.23. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 5– Google Earth Pro imagem de 05.04.15. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 6– Google Earth Pro imagem de 24.05.13. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 7– Google Earth Pro imagem de 16.05.10. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 8– Google Earth Pro imagem de 30.10.06. A vermelho a AID e a amarelo a AII

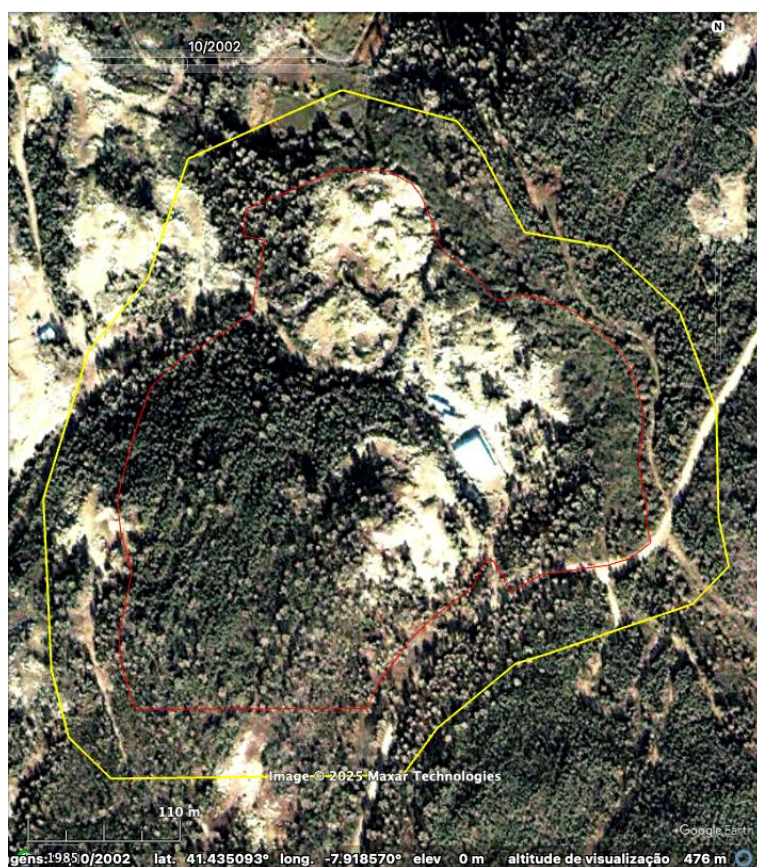


Figura 9– Google Earth Pro imagem de 27.10.02. A vermelho a AID e a amarelo a All

TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO

Esta fase de trabalhos tem como objetivo o reconhecimento, descrição, classificação e inventariação dos dados inventariados durante a fase de pesquisa documental e o reconhecimento de indícios toponímicos e fisiográficos que apontem para a presença de outros vestígios inéditos relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial construído na área a ser afetada.

Os trabalhos de campo foram realizados no dia 17 e 18 de Novembro de 2025, em condições meteorológicas favoráveis à realização de prospeção arqueológica, com tempo seco, boa luminosidade e sem precipitação, o que permitiu uma execução eficiente das tarefas de reconhecimento e registo no terreno.

No decurso da prospeção arqueológica realizada na AID e All, verificou-se que a visibilidade do terreno foi, no geral, considerada boa nas zonas diretamente associadas à exploração da pedreira, onde os solos se apresentavam mais expostos e desprovidos de cobertura vegetal significativa. Contudo, nas áreas marginais e não intervencionadas pela exploração, a visibilidade revelou-se geralmente nula, em virtude da presença de vegetação arbustiva e florestal e de depósitos de sedimentos superficiais.

Relativamente à AII, a visibilidade foi praticamente nula. Neste setor, a presença de vegetação rasteira densa e florestal e a ausência de limpeza dos solos dificultaram a execução de uma batida a pé sistemática, limitando significativamente a prospeção extensiva de grandes parcelas de terreno.

Importa salientar que a realidade observada em campo corresponde, de forma consistente, às imagens aéreas disponibilizadas pelo Google Earth com data de 10.10.25, (ver Anexo I), o que confirma a adequação da análise prévia por fotointerpretação à situação concreta registada em terreno.

Foi realizada uma prospeção sistemática e pedestre, apoiada por recolha de informação oral, abrangendo quer a área de incidência direta (AID) – correspondente à área de implantação do projeto –, quer a área de incidência indireta (AII), definida como uma faixa envolvente com 50 metros de largura contígua à AID. A cobertura do terreno foi efetuada sempre que a densidade da vegetação o permitiu, com registo fotográfico, georreferenciação e registo descritivo dos locais percorridos, conforme preconizado nas boas práticas metodológicas de diagnóstico arqueológico.



Figura 14– Google Earth, imagem de 10.10.25. Progressão no terreno da prospeção com o apoio fotográfico. A vermelho a AID e a amarelo a AII

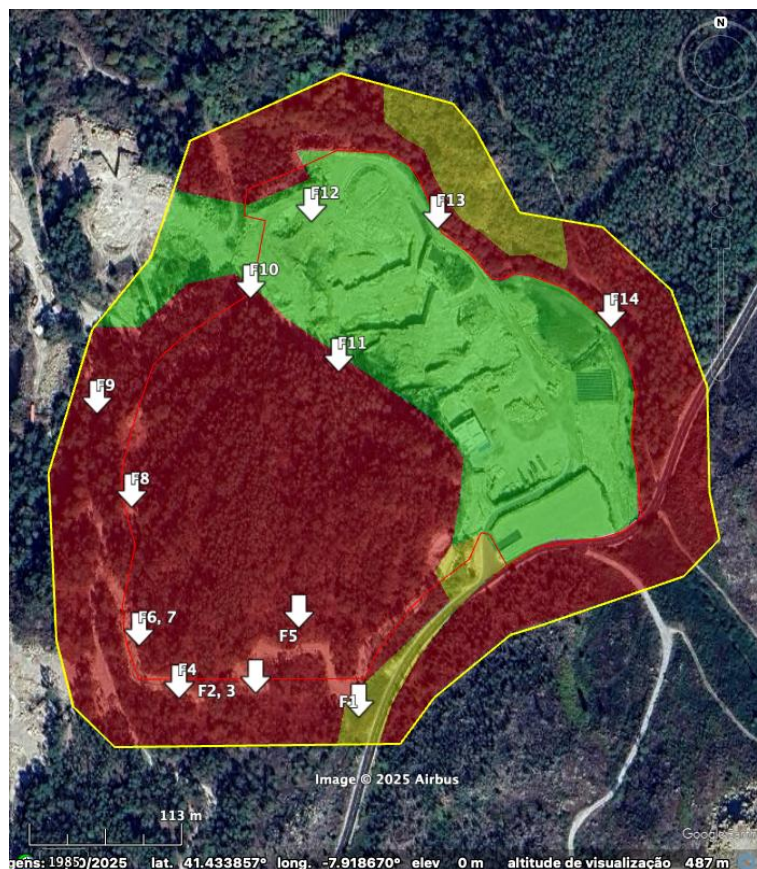


Figura 15– Google Earth, imagem de 10.10.25. Visibilidade do terreno. Linhas amarelas correspondem às AIi e as linhas vermelhas às AID. Mancha a vermelho – visibilidade nula, mancha a amarelo – visibilidade parcial, mancha a verde – visibilidade boa.

No que respeita a áreas de empréstimos e vazadouros, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

RESULTADOS - SÍNTESE

OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS

No âmbito do presente estudo, que incluiu a pesquisa documental sistematizada e a prospeção arqueológica de campo, não foram identificadas quaisquer Ocorrências Patrimoniais (OP) no interior da Área de Incidência Direta (AID) nem na Área de Incidência Indireta (AIi) do Projeto. Esta ausência refere-se tanto à não existência de registos formais em bases de dados oficiais – como o Endovélico, e o portal SIPA/DGPC do Património Cultural –, como à não deteção de vestígios ou indícios arqueológicos ou patrimoniais visíveis à superfície no decurso da batida de campo.

A totalidade da AID e da AIi foi percorrida de forma sistemática, sempre que as condições de visibilidade o permitiram, e os resultados obtidos reforçam o enquadramento do local como uma



área de baixa sensibilidade patrimonial, não apresentando riscos evidentes para o património cultural conhecidos à data.

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE

Na análise de impactes podem-se distinguir dois tipos de impactes: impactes diretos negativos e impactes indiretos negativos. Os primeiros significam a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, os segundos a alteração do seu contexto primitivo.

As medidas de minimização preconizadas têm como objetivo a preservação integral de todas as Ocorrências de valor patrimonial identificadas na área afeta ao projeto e a salvaguarda de toda a informação arqueológica, patrimonial e etnográfica que eventualmente poderá ser afetada.

Neste contexto teve-se em consideração:

- A probabilidade de destruição da Ocorrência Patrimonial;
- A possibilidade de degradação/destruição, devido à circulação de maquinaria pesada e pessoal afetos à obra da Ocorrência Patrimonial;
- A possibilidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a existência de achados de superfície, ou notícia da sua existência;
- A eventualidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a notícia de um achado isolado ou de um monumento já destruído.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE

Fase de construção:

Durante a pesquisa bibliográfica e prospeção arqueológica sistemática realizada na Área de Incidência Direta (AID) e na Área de Incidência Indireta (AII), não foram identificadas ocorrências patrimoniais visíveis à superfície nem foram detetados quaisquer indícios de contextos arqueológicos ou estruturas com potencial valor cultural ou histórico. A ausência de evidência material à superfície, aliada à estabilidade do uso do solo nas últimas décadas, permite concluir que, à luz da informação atualmente disponível, não se prevê a afetação direta de qualquer bem patrimonial conhecido como resultado das intervenções previstas na fase de construção.

As ações previstas para esta fase, nomeadamente escavações, movimentações de terras, implementação de infraestruturas, construção de fundações e eventuais aterros ou depósitos temporários, não se sobrepõem a áreas com registos patrimoniais identificados, pelo que, nesta fase, o impacto patrimonial previsto é considerado nulo.

Verifica-se que o projeto se insere numa zona com condicionante de Nível 2. Esta classificação implica que, embora não se preveja a existência de impactes significativos durante a fase de



funcionamento do projeto — mantendo-se a avaliação de impacto nulo a esse nível —, deve ainda assim ser garantido o acompanhamento arqueológico em fase de obra, como medida de precaução.

Esta recomendação decorre da presença de áreas com visibilidade parcial no momento da prospeção de campo, nomeadamente zonas com coberto vegetal rasteiro ou denso, que limitaram a observação direta da totalidade da superfície do solo. A presença destas zonas de baixa visibilidade constitui um fator de incerteza que, embora não indique diretamente a existência de vestígios patrimoniais, não permite excluí-la com total segurança, justificando a adoção de uma abordagem preventiva durante os trabalhos de construção.

Assim, o acompanhamento arqueológico em obra deverá incidir sobre todas as ações que impliquem movimentação de terras, remoção de solo original ou escavações de qualquer natureza, garantindo a deteção e salvaguarda imediata de eventuais contextos arqueológicos inesperados. Esta medida visa assegurar o cumprimento das normas legais em vigor e das boas práticas de gestão do património cultural, promovendo simultaneamente a compatibilização entre a execução do projeto e a preservação do património arqueológico eventualmente existente.

Fase de funcionamento:

No decorrer da fase de funcionamento do projeto, prevê-se que não ocorram intervenções físicas adicionais sobre o subsolo nem atividades que impliquem movimentações de terras, escavações ou alterações significativas na morfologia do terreno, pelo que a probabilidade de interferência com eventuais contextos patrimoniais é inexistente.

Prevê-se que o impacto no decorrer da fase de funcionamento deste projeto seja nulo.

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Na sequência da análise dos trabalhos previstos, conforme descrito no capítulo de Descrição do Projeto, e tendo em conta os resultados obtidos na prospeção arqueológica de campo e na pesquisa documental, considera-se prudente a adoção de medidas de minimização de carácter geral, destinadas a prevenir o risco de destruição acidental de eventuais vestígios arqueológicos não identificados previamente, sobretudo em zonas com visibilidade parcial ou potencial arqueológico indeterminado.

Medidas de Minimização de Carácter Geral:

Medida de Classe J: Recomenda-se a realização de prospeção arqueológica sistemática da área a intervencionar, antes e após os trabalhos de desmatção, com o objetivo de garantir a observação direta da superfície do solo e a eventual deteção de vestígios arqueológicos que se encontrem ocultos pela vegetação. Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todas as ações de revolvimento de terras vegetais, nomeadamente escavações, nivelamentos,

abertura de valas para fundações ou infraestruturas subterrâneas (águas, eletricidade, esgotos, drenagens), incluindo ainda os locais de deposição temporária de terras (aterros e escombreyras). Este acompanhamento deverá ser realizado por técnico arqueólogo qualificado, com registo gráfico e fotográfico detalhado de todos os processos e realidades observadas, bem como a produção de relatórios de acompanhamento periódicos, conforme estipulado nas boas práticas da arqueologia preventiva. Estas medidas visam antecipar a deteção de contextos arqueológicos desconhecidos, assegurando que qualquer eventual ocorrência seja devidamente registada, documentada e, se necessário, objeto de salvaguarda, em articulação com a entidade tutelar.

CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO

O presente Estudo de prospeção sistemática e de levantamento bibliográfico realizado no âmbito do projeto da “Pedreira de Cambas” teve como objetivo principal a identificação e avaliação de eventuais vestígios arqueológicos, etnográficos e arquitetónicos que pudessem ser afetados pela execução das intervenções previstas.

A investigação realizada permitiu não só a recolha de dados diretos relativos à existência ou ausência de vestígios materiais, como também a compreensão aprofundada da dinâmica ocupacional histórica e pré-histórica da região, revelando os diferentes períodos de ocupação humana e os processos de transformação cultural e ambiental que marcaram a área ao longo do tempo.

Por meio da pesquisa documental, cartográfica e bibliográfica, foi possível caracterizar as principais especificidades histórico-culturais do território, incluindo a identificação de elementos relevantes da paisagem cultural, os contextos sociais e económicos que influenciaram a ocupação e uso do solo, bem como os traços do património imaterial que perduram na memória coletiva local.

Esta análise integrada evidencia que a área em estudo se insere num concelho com uma ocupação humana permanente e contínua, de grande importância no contexto histórico do interior norte de Portugal. Tal relevância histórica reflete-se em vestígios arqueológicos e manifestações culturais que documentam um legado rico e diversificado.

Assim, a avaliação patrimonial aqui desenvolvida contribui para um melhor conhecimento do passado local, permitindo enquadrar o projeto no contexto da preservação do património cultural e reforçando a importância de salvaguardar os valores históricos e arqueológicos da região, garantindo que as intervenções futuras respeitem a memória e identidade do território.

No âmbito do presente estudo, que incluiu a pesquisa documental sistematizada e a prospeção arqueológica de campo, não foram identificadas quaisquer Ocorrências Patrimoniais (OP) no interior da Área de Incidência Direta (AID) nem na Área de Incidência Indireta (AII) do Projeto.



Esta ausência refere-se tanto à não existência de registos formais em bases de dados oficiais – como o Endovélico, e o portal SIPA/DGPC do Património Cultural –, como à não deteção de vestígios ou indícios arqueológicos ou patrimoniais visíveis à superfície no decurso da batida de campo.

A totalidade da AID e da AIi foi percorrida de forma sistemática, sempre que as condições de visibilidade o permitiram, e os resultados obtidos reforçam o enquadramento do local como uma área de baixa sensibilidade patrimonial, não apresentando riscos evidentes para o património cultural conhecidos à data.

Durante a pesquisa bibliográfica e prospeção arqueológica sistemática realizada na Área de Incidência Direta (AID) e na Área de Incidência Indireta (AIi), não foram identificadas ocorrências patrimoniais visíveis à superfície nem foram detetados quaisquer indícios de contextos arqueológicos ou estruturas com potencial valor cultural ou histórico. A ausência de evidência material à superfície, aliada à estabilidade do uso do solo nas últimas décadas, permite concluir que, à luz da informação atualmente disponível, não se prevê a afetação direta de qualquer bem patrimonial conhecido como resultado das intervenções previstas na fase de construção.

As ações previstas para esta fase, nomeadamente escavações, movimentações de terras, implementação de infraestruturas, construção de fundações e eventuais aterros ou depósitos temporários, não se sobrepõem a áreas com registos patrimoniais identificados, pelo que, nesta fase, o impacto patrimonial previsto é considerado nulo.

Verifica-se que o projeto se insere numa zona com condicionante de Nível 2. Esta classificação implica que, embora não se preveja a existência de impactes significativos durante a fase de funcionamento do projeto — mantendo-se a avaliação de impacto nulo a esse nível —, deve ainda assim ser garantido o acompanhamento arqueológico em fase de obra, como medida de precaução.

Esta recomendação decorre da presença de áreas com visibilidade parcial no momento da prospeção de campo, nomeadamente zonas com coberto vegetal rasteiro ou denso, que limitaram a observação direta da totalidade da superfície do solo. A presença destas zonas de baixa visibilidade constitui um fator de incerteza que, embora não indique diretamente a existência de vestígios patrimoniais, não permite excluí-la com total segurança, justificando a adoção de uma abordagem preventiva durante os trabalhos de construção.

Na sequência da análise dos trabalhos previstos, conforme descrito no capítulo de Descrição do Projeto, e tendo em conta os resultados obtidos na prospeção arqueológica de campo e na pesquisa documental, considera-se prudente a adoção de medidas de minimização de carácter geral e específico, destinadas a prevenir o risco de destruição accidental de eventuais vestígios



arqueológicos não identificados previamente, sobretudo em zonas com visibilidade parcial ou potencial arqueológico indeterminado.

Medidas de Minimização de Carácter Geral:

Medida de Classe J: Recomenda-se a realização de prospeção arqueológica sistemática da área a intervencionar, antes e após os trabalhos de desmatção, com o objetivo de garantir a observação direta da superfície do solo e a eventual deteção de vestígios arqueológicos que se encontrem ocultos pela vegetação. Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todas as ações de revolvimento de terras vegetais, nomeadamente escavações, nivelamentos, abertura de valas para fundações ou infraestruturas subterrâneas (águas, eletricidade, esgotos, drenagens), incluindo ainda os locais de deposição temporária de terras (aterros e escombros). Este acompanhamento deverá ser realizado por técnico arqueólogo qualificado, com registo gráfico e fotográfico detalhado de todos os processos e realidades observadas, bem como a produção de relatórios de acompanhamento periódicos, conforme estipulado nas boas práticas da arqueologia preventiva. Estas medidas visam antecipar a deteção de contextos arqueológicos desconhecidos, assegurando que qualquer eventual ocorrência seja devidamente registada, documentada e, se necessário, objeto de salvaguarda, em articulação com a entidade tutelar.

PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO

Considerando os resultados obtidos, prevê-se a necessidade de implementação:

- Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatção até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos.
- Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.
- No âmbito do acompanhamento arqueológico deve complementar-se a caracterização arqueológica através da consulta dos processos relativos aos sítios arqueológicos identificados, de cartografia e documentação histórica.
- A descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos durante o acompanhamento nas áreas de intervenção obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e à sua comunicação ao órgão competente da Tutela e demais autoridades, em conformidade com as disposições legais em vigor. Esta situação pode determinar a adoção de medidas de minimização complementares pelo que deve ser apresentada uma Nota Técnica com a descrição, avaliação do impacto,



registo gráfico e uma proposta de medidas a implementar. Deve ser tido em consideração que as áreas com vestígios arqueológicos conservados e que venham a ser afetados de forma irreversível têm que ser integralmente escavados.

- A recolha de espólio móvel deve ocorrer de forma a prevenir qualquer perigo imediato para os bens, assim como deve ser executada sem que em momento algum seja colocada em perigo a integridade dos bens e assegurar a sua preservação a longo prazo empregando técnicas e métodos não destrutivos, em conformidade com a legislação em vigor (Resolução da Assembleia da República nº 51/2006, de 18 de julho e publicada pelo aviso 6/2012 de 26 de Março, Decreto-Lei nº164/97, de 27 de Junho e a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO

No cumprimento da legislação em vigor (DL no 164/2014, de 4 de novembro) os resultados obtidos durante as intervenções realizadas no âmbito dos trabalhos de Prospeção Arqueológica Prévia deverão ser alvo de publicação científica, em língua portuguesa ou inglesa. Deste modo a DECADAPRESSADA prevê a publicação dos resultados da intervenção em revista da especialidade, sem prejuízo de outras formas de publicitação. Não se descarta também a possibilidade da apresentação das intervenções e dos seus resultados em conferências, congressos e palestras. Para além disto, também se envia agora, como resulta das disposições legais vigentes, uma cópia em CD.

**MINDELO,
NOVEMBRO DE 2025**

ARTUR FONTINHA, ARQUEÓLOGO

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988), Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vol;
- ALBERGARIA, J. (2013), Descritor do Património Cultural, Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão, Ligação Rodoviária Celorico de Basto/Mondim de Basto. IN EDP, Gestão da Produção de Energia, S.A. Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão. Ligação Rodoviária Celorico de Basto/Mondim de Basto. Projeto de Execução. P14 – Estudo de Incidências Ambientais;
- ALMEIDA, C. A. F. De (1970), Algumas Notas Sobre o Processo de Romanização da Zona de Entre Douro e Ave, Actas das 1^{as} Jornadas Arqueológicas. Lisboa;
- ALMEIDA, C. A. F. (1978), Castelogia medieval de EntreDouroeMinho. Desde as origens a 1220. Porto, 1978;
- ALMEIDA, C. A. F. De (1987), Monumentos e História Medieval de Portugal. Lisboa: INIC.
- ALMEIDA, C. A. F. De (1978), Santa Senhorinha de Basto: Tradição e memória no contexto medieval português. Porto: Universidade do Porto.
- ALMEIDA, C. A. F. (1968), Vias Medievais. I Entre Douro e Minho. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BATISTA, J. L. M. (2001), Povoamento Préhistórico e Paleoecologia nas Serras de Média Altitude do Norte de Portugal. Projecto Praxis.
- Batista, A. M. (2001), O território de Basto na Idade Média e Moderna. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- CAPELA, J. V. (2003), As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista. Edição Integrada no Projecto Descrição do Território Português do Século XVIII, apoiada pela F.C.T. e pelo Mestrado de História das Instituições e Cultura MODerna e Contemporânea (Universidade do Minho).
- Dinis, A. (1994). A formação do território português: conflitos e poderes locais. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- DINIS, A. P. (2001), O Povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 13);
- Ferreira da Silva, A. C. (1986), A cultura castreja no Noroeste de Portugal (Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins / Câmara Municipal.
- Ferreira da Silva, A. C. (1983), O povoamento proto-histórico e romano do Noroeste de Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jorge, V. O. (1980), A romanização do Noroeste Peninsular: villae, vias e organização territorial. Porto: FLUP.
- JORGE, V. O. (1982), Megalitismo do Norte de Portugal e artigos sobre o megalitismo e mamoadas no Noroeste.
- Jorge, V. O. (1990), O sistema dos forais manuelinos e a reorganização municipal. Porto: Afrontamento.
- LOUREIRO, L. (2017), Ligação de Mondim de Basto à EN210. Relatório de Caracterização de Situação de Referência. AFA Arqueologia Conservação e Restauro, Moreira da Maia



LOUREIRO, L. (2020), *Ligação de Mondim de Basto à EN210. Relatório Final de Acompanhamento Arqueológico*. AFA Arqueologia Conservação e Restauro, Moreira da Maia; SEABRA, L.; TERESO, J.; BETTENCOURT, A.M.S.; DINIS, A. ET AL. (2018) — artigo sobre Crastoeiro (carpologia / estruturas de armazenamento).

ENQUADRAMENTO LEGAL

DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Lei n.º 107/01*, 209/01 SÉRIE I-A, Sábado, 8 de Setembro de 2001, Assembleia da República, Pág. do DR 5808 a 5829;

DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97*, DR 289/97 SÉRIE I-A de 1997-12-16;

DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 164/2014*, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos)

DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*;

DGPC, Circular de 01 de Setembro de 2010, *Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos*;

DGPC, Circular de 24 de Maio de 2011, *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para Atualização do Endovélico*.

DGPC, Circular de 27 de Dezembro de 2011, *Documentação Gráfica*.

CARTOGRAFIA

“Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 87.

BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET

www.earth.google.com (consultado a 10.11.25)

www.patrimoniocultural.gov.pt/pt (consultado a 10.11.25)

www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm (consultado a 10.11.25)

www.monumentos.pt/Site/APP (consultado a 10.11.25)

www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/ (consultado a 10.11.25)

ANEXOS



**ANEXO I – REGISTO FOTOGRÁFICO (Nas Peças Desenhadas Apresentadas no Anexo V
APRESENTA-SE O PONTO DE LOCALIZAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS, DESIGNADAS DE FX, ONDE O X CORRESPONDE AO
NÚMERO DA FOTOGRAFIA RESPETIVA E IDENTIFICADA ABAIXO.)**



☉ 268°W (T) ☉ 41°25'59"N, 7°55'5"W ±4m ▲ 417m



F1 Visibilidade do Terreno da All



☉ 249°W (T) ☉ 41°26'0"N, 7°55'6"W ±4m ▲ 417m



F2 Visibilidade do Terreno da All



☀ 6°N (T) ● 41°26'0"N, 7°55'6"W ±4m ▲ 418m



F3 Visibilidade do Terreno da All



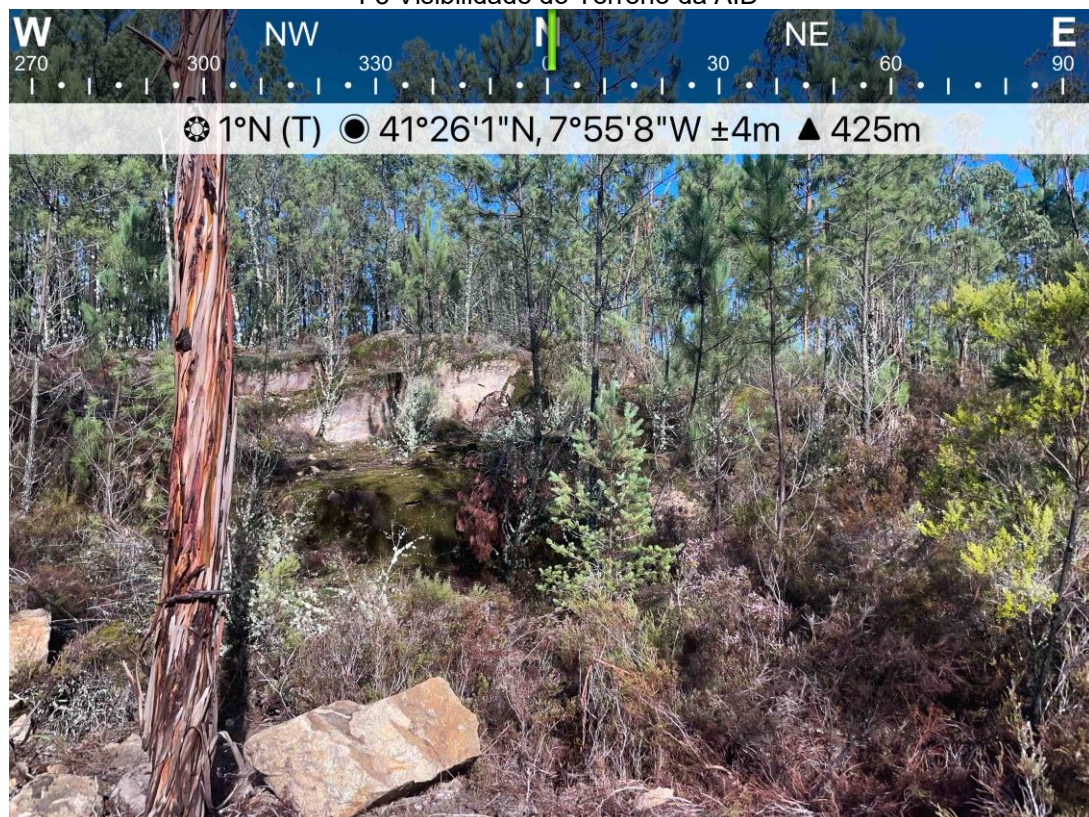
☀ 107°E (T) ● 41°26'0"N, 7°55'6"W ±6m ▲ 418m



F4 Visibilidade do Terreno da All



F5 Visibilidade do Terreno da AID



F6 Visibilidade do Terreno da AID



☼ 278°W (T) ● 41°26'2"N, 7°55'13"W ±5m ▲ 408m



F7 Visibilidade do Terreno da AID



☼ 255°W (T) ● 41°26'3"N, 7°55'14"W ±5m ▲ 405m



F8 Visibilidade do Terreno da AID



☀ 297°NW (T) ● 41°26'6"N, 7°55'14"W ±12m ▲ 395m



F9 Visibilidade do Terreno da All



☀ 150°SE (T) ● 41°26'9"N, 7°55'9"W ±5m ▲ 396m



F10 Visibilidade do Terreno da AID



☉ 93°E (T) ● 41°26'6"N, 7°55'13"W ±9m ▲ 397m



F11 Visibilidade do Terreno da AID



☉ 140°SE (T) ● 41°26'12"N, 7°55'8"W ±4m ▲ 390m



F12 Visibilidade do Terreno da AID



☀ 52°NE (T) ● 41°26'12"N, 7°55'3"W ±5m ▲ 399m



F13 Visibilidade do Terreno da All



☀ 72°E (T) ● 41°26'9"N, 7°55'0"W ±4m ▲ 413m



F14 Visibilidade do Terreno da All



ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS



SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL
GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL
T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



Exmo/as. Senhore/as.

OS	V. Ref ¹ / Y. Ref.	N. Ref ¹ / Our Ref.	Data / Date
61462		2023/1(222)	06/11/2025

Assunto / Subject

**PATA (Prospeção) -
Descritor de Património
Cultural do Estudo de
Impacte Ambiental (EIA)
do projeto "Pedreira de
Cambas" - Mondim de
Basto**

Mensagem / Message

Comunico a V. Ex.^a que por meu despacho, por delegação, foi emitido parecer sobre o processo acima referido, de acordo com a informação em anexo.

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Sofia Braz Gomes

Chefe da Divisão de Arqueologia, Territórios e Valores Ambientais
Por delegação de competências



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA, PATRIMÓNIO
E DESPORTO



1/1

Assunto: PATA (Prospecção) - Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto "Pedreira de Cambas" - Mondim de Basto

Requerente: Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Local: Pedreira de Cambas - Mondim de Basto

Servidão

Administrativa:

Inf. n.º: S-2025/644886 (C.S:1760012)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2023/17-

05/476/PATA/28944 (C.S:279359)

Data Ent. Proc.: 09/10/2025

Diretor da Unidade de Cultura da CCDR Norte, Paulo Moura a 29/10/2025

**Proponho a autorização do PATA, nos termos da informação. Ao Património Cultural I.P.
DSBC/2023-476**

Área de Servidão Administrativa: sem aplicação

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º-A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

Assunto: Elaboração do Descritor Património para o Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução) relativo ao licenciamento da Pedreira de Cambas, Mondim de Basto. Pedido de Autorização para a realização de Trabalhos Arqueológicos

Req: NR Granitos, Lda.

Arqueólogo: Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Foi apresentado pelo Dr. Artur Jorge Rodrigues Fontinha um pedido de autorização e respetiva documentação complementar referente à realização de uma intervenção arqueológica no âmbito da elaboração do Descritor Património do Estudo de Impacte Ambiental, na sua fase de Projeto de Execução, do licenciamento da Pedreira de Cambas, Mondim de Basto. É indicado que a entidade enquadrante é a empresa *DECADAPRESSADA, Unipessoal, Lda*.

O empreendimento é relativo ao licenciamento de uma área total de 101.082,88 m², sendo que a área de exploração proposta será de 24.310,97 m², abrangendo a freguesia de Atei, no concelho de Mondim de Basto, incidindo o presente PATA nas designadas áreas de incidência direta e de incidência indireta deste projeto.

Nesta intervenção, que terá como acrónimo PC.25, está contemplada a realização de uma fase prévia para pesquisa bibliográfica, documental e cartográfica, assim como a consulta dos Instrumentos de Gestão do Território em vigor para a área em estudo e das bases de dados das entidades oficiais, com o intuito de obter um inventário de todos os sítios com interesse patrimonial situados na área em apreço.

A esta fase de trabalho suceder-se-á a prospeção arqueológica, consistindo (...) *numa batida sistemática do terreno de todas as áreas de implantação dos componentes do projeto, sempre que a topografia do terreno assim o permita* (...), de modo a relocar todos os elementos previamente compulsados e identificar eventuais ocorrências patrimoniais que se localizem dentro das referidas áreas, sendo indicado neste PATA que serão (...) *georreferenciados os limites externos das manchas de dispersão de materiais arqueológicos, com vista a uma melhor inserção na planta de projeto e consequente avaliação de impacte* (...), sendo que a implantação cartográfica das ocorrências identificadas será efetuada em peça à escala 1: 25000. Será, ainda, efetuado o competente registo fotográfico em suporte digital.

No Relatório de Caracterização da Situação de Referência será efetuada, com base na informação obtida, a (...) *inventariação, classificação e descrição sumaria das Ocorrências Patrimoniais e materiais arqueológicos identificados, com vista a hierarquização da sua importância científica e patrimonial e avaliação dos impactos com explicação dos critérios utilizados.* (...) É indicado que (...) *As Ocorrências Patrimoniais identificadas serão descritas em fichas específicas com os critérios previamente definidos, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação in situ (...).*

É ainda referido que naquele Relatório também constará (...) *em caso da existência de impactos negativos sobre elementos do património cultural, são descritas as medidas minimizadoras de carácter geral e específico recomendadas para mitigar esses mesmos impactos e a fase e subseqüentes, em que deverão ser implementadas (...).*

Da análise efetuada, consideram-se reunidos os elementos necessários à aprovação do pedido de trabalhos arqueológicos, pelo que se propõe a emissão de parecer Favorável ao mesmo.

À consideração superior

O Técnico Superior

Paulo Amaral



ANEXO III – FICHA DE SÍTIO

Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico
(para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Pedreira de Cambas

Distrito Vila Real Concelho Mondim de Basto

Freguesia Atei Lugar Camba

C.M.P. 1:25.000 folha n.º 87 Altitude (m)

Coordenada X 41.435200 Coordenada Y 7.918102

Tipo de sítio Indeterminado

Período cronológico Indeterminado

Descrição do sítio (15 linhas)

O relatório de património será parte integrante do relatório técnico do estudo de impacto ambiental (EIA) relativo ao licenciamento da Pedreira de Cambas, situada na freguesia de Atei, Concelho de Mondim de Basto e Distrito do Vila Real. A exploração da pedreira é da responsabilidade de empresa NR Granitos, Lda.

No total, a área proposta a licenciar para a pedreira é de 101 082,88 m², com uma área de exploração proposta de 24 310,97 m². O objetivo final desta exploração é a extração de granito ornamental.

Não se verifica a necessidade de proceder ao restabelecimento de caminhos, fora da área a licenciar.

Bibliografia

ALMEIDA, C. A. F. De (1970), Algumas Notas Sobre o Processo de Romanização da Zona de Entre Douro e Ave, Actas das 1^{as} Jornadas Arqueológicas. Lisboa;

ALMEIDA, C. A. F. (1978), Castologia medieval de EntreDouroeMinho. Desde as origens a 1220. Porto, 1978;

ALMEIDA, C. A. F. De (1987), Monumentos e História Medieval de Portugal. Lisboa: INIC.

ALMEIDA, C. A. F. De (1978), Santa Senhorinha de Basto: Tradição e memória no contexto medieval

Proprietários NR GRANITOS LDA

Classificação *

Decreto

Estado de conservação * Uso do solo *

Ameaças * Protecção/Vigilância *

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt



Acessos

EM

Descrição do Espólio

Neste estudo não foram identificados vestígios de materiais arqueológicos.

Local de depósito

-

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável Artur Fontinha

Tipo de trabalho • Prospeção

Datas: de início 10.11.25 de fim 24.11.25 duração (em dias) 10

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projecto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação. Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

Resultados (15 linhas)

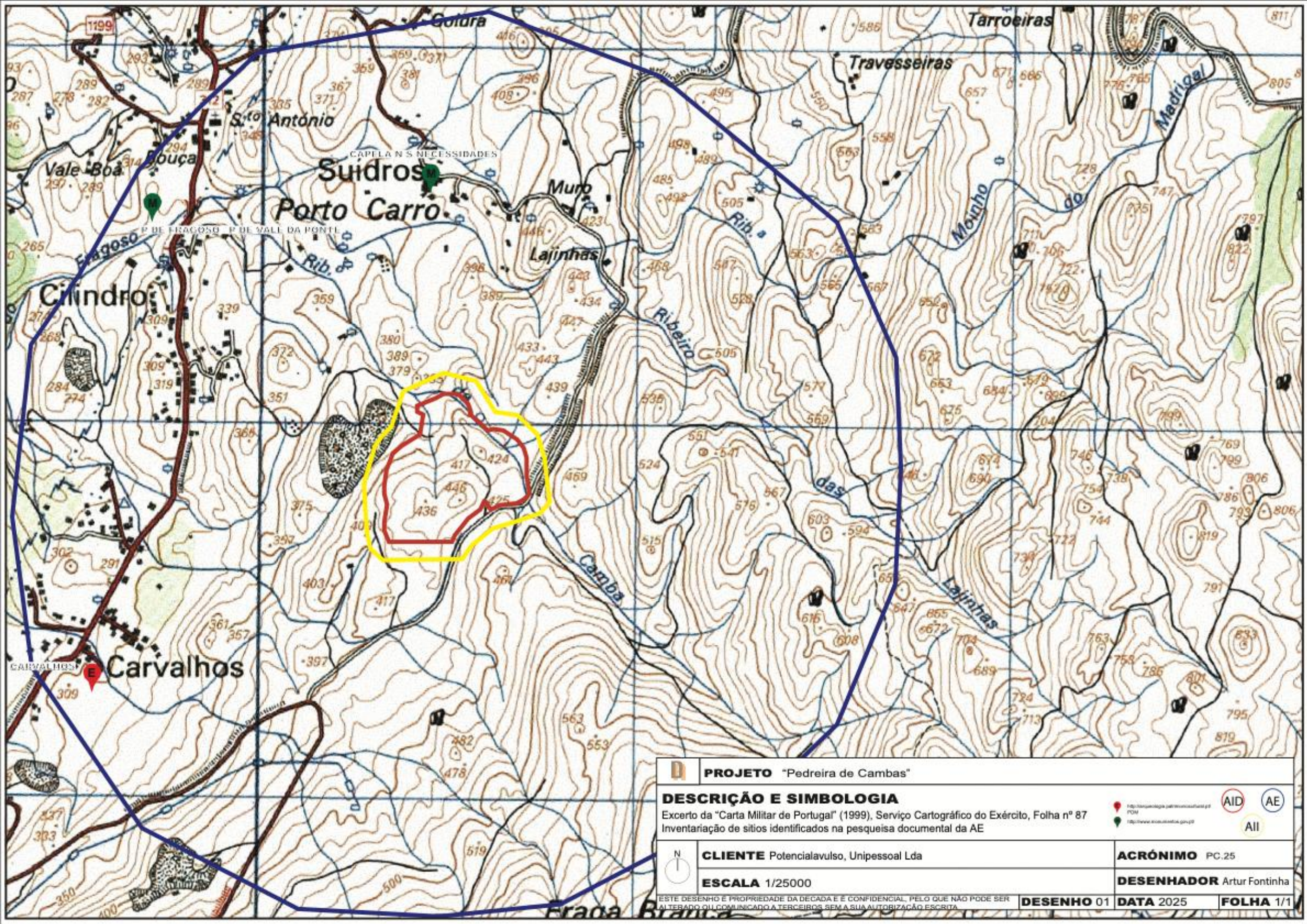
No âmbito do presente estudo, que inclui a pesquisa documental sistematizada e a prospeção arqueológica de campo, não foram identificadas quaisquer Ocorrências Patrimoniais (OP) no interior da Área de Incidência Direta (AID) nem na Área de Incidência Indireta (AI) do Projecto. A totalidade da AID e da AI foi percorrida de forma sistemática, sempre que as condições de visibilidade o permitiram, e os resultados obtidos reforçam o enquadramento do local como uma área de baixa sensibilidade patrimonial, não apresentando riscos evidentes para o património cultural conhecidos à data. Durante a pesquisa bibliográfica e prospeção arqueológica sistemática realizada na Área de Incidência Direta (AID) e na Área de Incidência Indireta (AI), não foram identificadas ocorrências patrimoniais visíveis à superfície nem foram detetados quaisquer indícios de contextos arqueológicos ou estruturas com potencial valor cultural ou histórico. A ausência de evidência material à superfície, aliada à estabilidade do uso do solo nas últimas décadas, permite concluir que, à luz da informação atualmente disponível, não se prevê a afetação direta de qualquer bem patrimonial conhecido como resultado das intervenções previstas na fase de construção. Verifica-se que o projeto se insere numa zona com condicionante de Nível 2. Esta classificação implica que, embora não se preveja a existência de impactos significativos durante a fase de funcionamento do projeto — mantendo-se a avaliação de impacto nulo a esse nível —, deve ainda assim ser garantido o acompanhamento arqueológico em fase de obra, como medida de precaução. Esta recomendação decorre da presença de áreas com visibilidade parcial no momento da prospeção de campo, nomeadamente zonas com cobertura vegetal rasteira ou densa, que limitaram a observação direta da totalidade da superfície do solo. A presença destas zonas de baixa visibilidade constitui um fator de incerteza que, embora não indique diretamente a existência de vestígios patrimoniais, não permite excluí-la com total segurança, justificando a adoção de uma abordagem preventiva durante os trabalhos de construção. Na sequência da análise dos trabalhos previstos, conforme descrito no capítulo de Descrição do Projeto, e tendo em conta os resultados obtidos na prospeção arqueológica de campo e na pesquisa documental, considera-se prudente a adoção de medidas de minimização de carácter geral e específico, destinadas a prevenir o risco de destruição accidental de eventuais vestígios arqueológicos não identificados previamente, sobretudo em zonas com visibilidade parcial ou potencial arqueológico indeterminado.

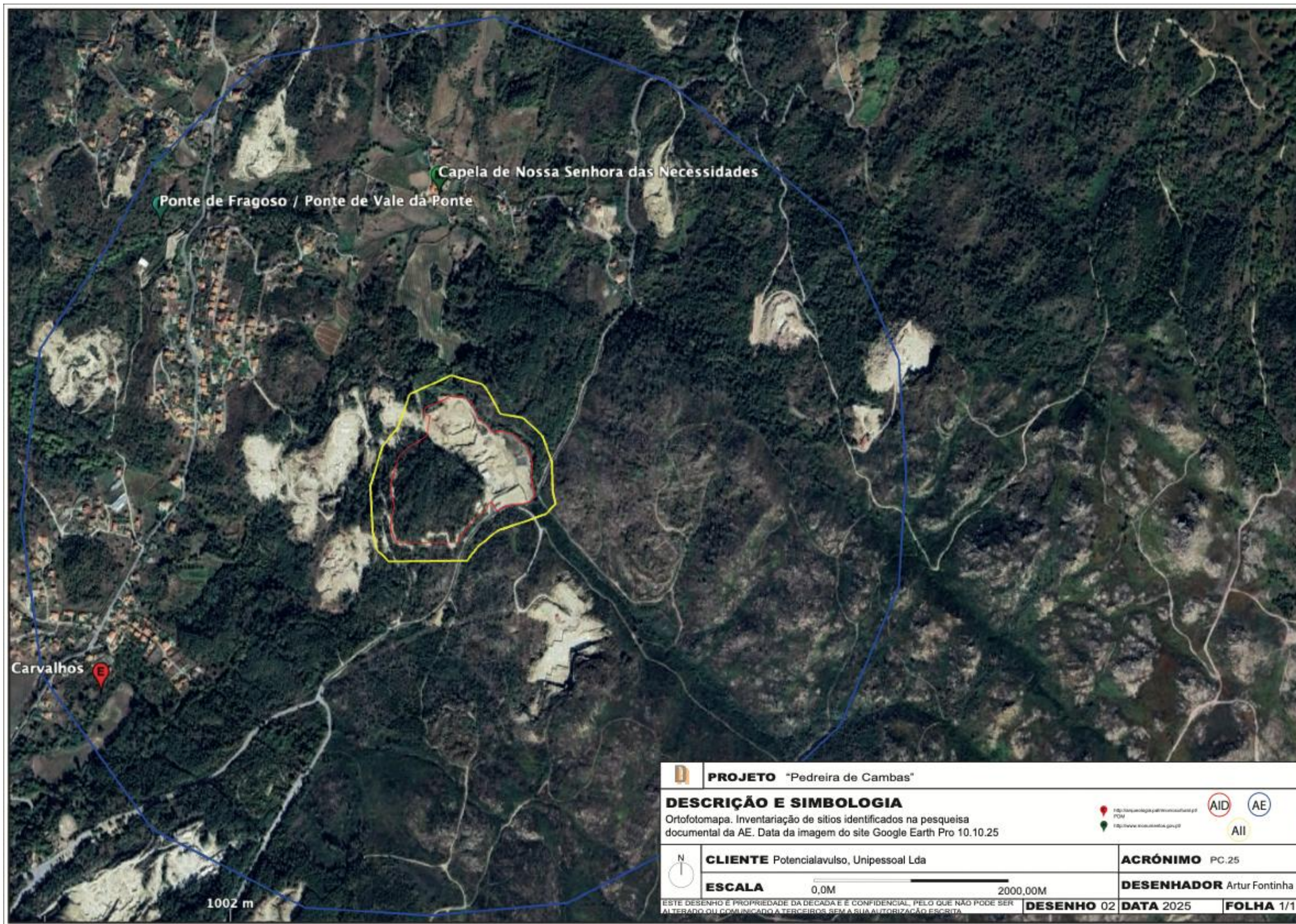
Medidas de Minimização de Carácter Geral: Medida de Classe 2. Recomenda-se a realização de prospeção arqueológica sistemática da área a intervir: antes e após os trabalhos de desmatamento, com o objetivo de garantir a observação direta da superfície do solo e a eventual deteção de vestígios arqueológicos que se encontrem ocultos pela vegetação. Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todas as ações de revolvimento de terras vegetais, nomeadamente escavações, nivelamentos, abertura de valas para fundações ou infraestruturas subterrâneas (água, eletricidade, gás, drenagem), incluindo ainda os locais de deposição temporária de terras (taludes e escorrimentos). Este acompanhamento deverá ser realizado por técnico arqueólogo qualificado, com registo gráfico e fotográfico detalhado de todos os processos e realidades observadas, bem como a produção de relatórios de acompanhamento periódicos, conforme estipulado nas boas práticas da arqueologia preventiva. Estas medidas visam antecipar a deteção de contextos arqueológicos desconhecidos, assegurando que qualquer eventual ocorrência seja devidamente registada, documentada e, se necessário, objeto de salvaguarda, em articulação com a entidade tutelar.

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

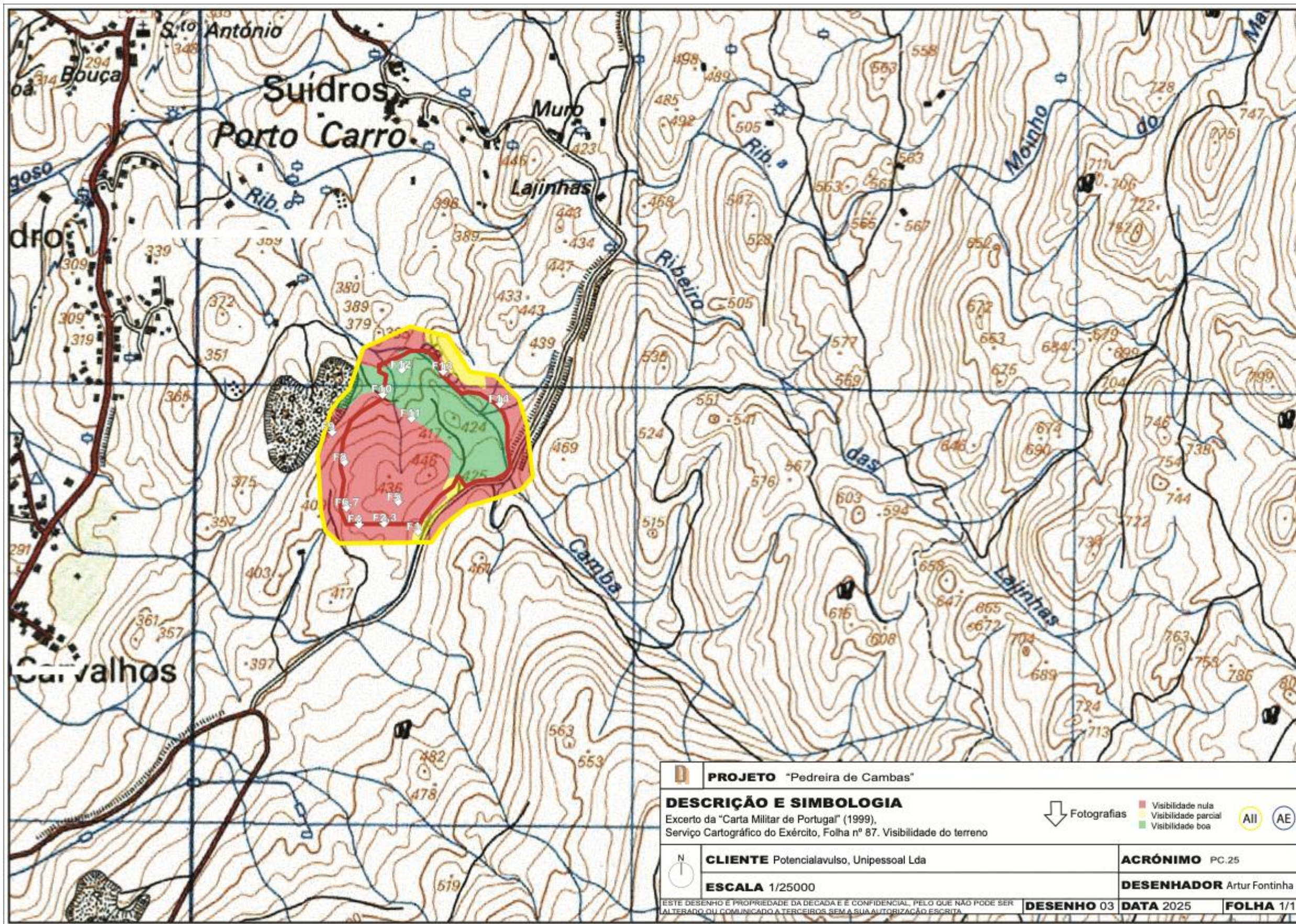


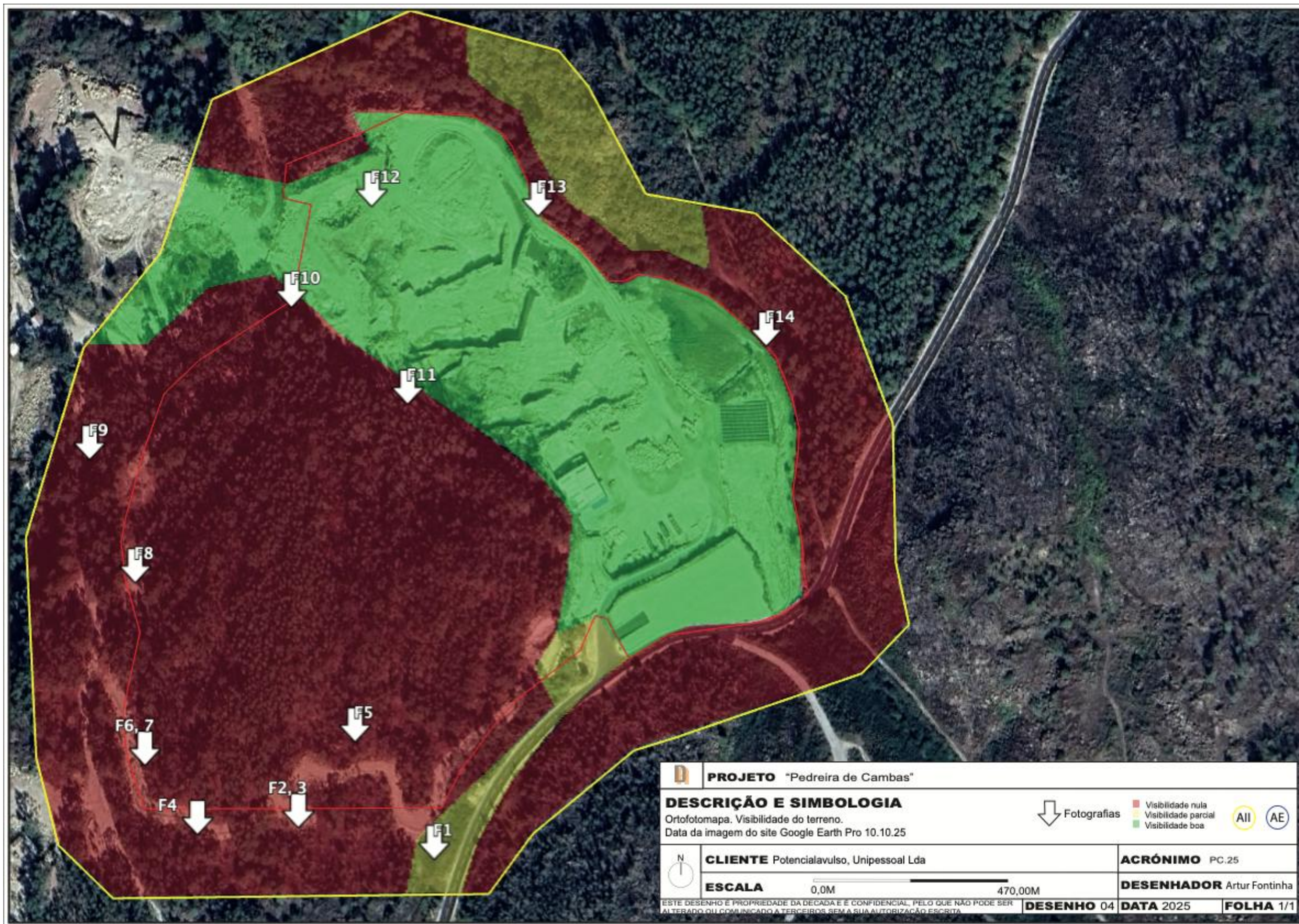
ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS





	PROJETO "Pedreira de Cambas"
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA	
Ortofotomapa. Inventariação de sítios identificados na pesquisa documental da AE. Data da imagem do site Google Earth Pro 10.10.25	
	CLIENTE Potencialavulso, Unipessoal Lda
	ESCALA 0,0M 2000,00M
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA DECADA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.	
DESENHO 02	DATA 2025 FOLHA 1/1







Unidade de Cultura da CCDR-NORTE, I.P.
Quinta de S. Gens
Estrada da Circunvalação 11846
4460-281 | Sra. da Hora – Matosinhos

DATA: 11/02/2026

N/REFERÊNCIA:
DA_002

S/REFERÊNCIA:

S/DATE:

ASSUNTO: Envio Relatório

Exmos Sr.,

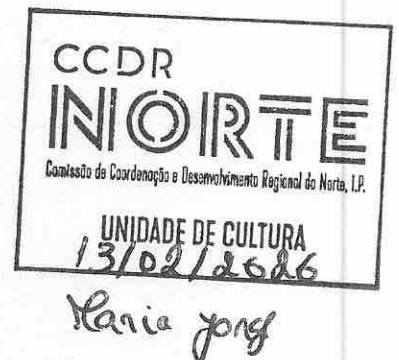
Somos pelo seguinte proceder ao envio do relatório Final do projeto “Pedreira de Cambas”.

Sem outro assunto de momento,

Com os melhores cumprimentos,

Artur Fontinha

Assinado por: Artur Jorge Rodrigues Fontinha
Num. de Identificação: 11219054
Data: 2026.02.11 13:23:10 +0000



Folha

DECADAPRESSADA, LDA

Rua de Passos nº 163 4485-507, Mindelo, Vila do Conde | NIPC 518733327 | www.decada-apressada.pt | email: geral@decada-apressada.pt |
Telf: 223 251 434 (Chamada para rede fixa nacional) | Telem: 912 442 375 (Chamada para rede móvel nacional)